



Cruzeiro do Sul
Educacional

CSED
B3 LISTED NM



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro de 2023**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Companhia", "Individual" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

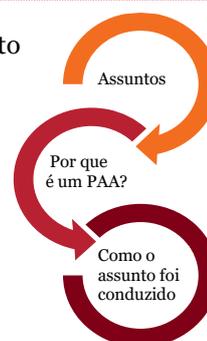
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 2.18 e 26)

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, cursos técnicos e colégio.

Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como o rigor na gestão financeira e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos.

Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos.

Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

- Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades.
- Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra.
- Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis.

Os resultados dos nossos procedimentos indicam que os processos para o reconhecimento de receitas, estão suportados por documentação hábil e estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação da redução do valor recuperável (*impairment*) dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.10, 2.11 e 11)

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível no Consolidado, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 1.363.169 mil. A Companhia realizou o teste anual de impairment dos ágios e dos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo testes de recuperabilidade dos montantes oriundos das combinações de negócios. A Companhia efetuou o referido teste utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Consideramos que este assunto continua como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados;
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis;
- Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa;
- Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis;
- Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Porque é um PAA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.4 e 25)

A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 104.267 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa.
- Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Vinicius Ferreira Britto Rego", written over a faint background of the PricewaterhouseCoopers logo.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Vinicius Ferreira Britto Rego
CPF: 520.241.101-15
Signing Time: 28 de Março de 2024 15:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issued AC: SERASA RFB v3
S00CCP00B7034AA...

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas (“Cruzeiro do Sul”, “Grupo” ou “Companhia” ou “CSED”), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos.

Mensagem da Administração e expectativas estratégicas

O ano de 2023 foi marcado por avanços importantes no plano estratégico da Companhia com a consolidação do modelo de negócio focados em 3 verticais de ensino. Implementamos a BU de Saúde com foco inicial na alavancagem do ensino das carreiras de Medicina e Odontologia. Assim, reforçamos o time sênior com a chegada do André Raeli, que possui vasta experiência no segmento para avançarmos além da graduação, com cursos livres e pós-graduações. Os cursos relacionados a saúde, além da Medicina e Odontologia, vêm se tornando cada vez mais importantes nos últimos anos, principalmente pela alta aderência ao ensino presencial e já representam 51% da base de alunos e 68% da receita no segmento.

Cabe destacar que já temos em nosso portfólio de pós-graduação, a oferta de cursos em parceria com duas instituições internacionais, relevantes em seus respectivos segmentos de atuação, onde esperamos expandir com mais celeridade. A primeira delas com o *MARC Institute*, de Miami, com cursos livres na carreira de Medicina, atualmente ofertado nas marcas Unicid, em São Paulo e Positivo, em Curitiba. A segunda, com a Universidade de Alcalá de Henares, da Espanha, com graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* para a carreira de Odontologia. Com esta movimentação, concluímos a construção do alicerce que norteia as linhas de negócio da Companhia, com a BU Digital, BU Presencial e a BU Saúde.

Sobre os avanços da BU Presencial, reestruturamos a grade curricular como forma de proporcionar uma melhor experiência para o aluno, entregar maior qualidade e diferenciar nossos produtos, além de destravar ganhos de produtividade. Na BU Digital, nos aliamos à FURIA, uma das organizações mais relevantes no cenário dos *eSports* (esportes eletrônicos) e do universo *gamer*, com o objetivo de nos conectarmos com os jovens, nativos digitais, e aprimorarmos nosso entendimento sobre o perfil deste estudante. Além disso, fechamos uma parceria com o Google Cloud para trazer inovação e direcionamento mais pragmático e voltado ao mundo do trabalho em cursos de pós-graduações e graduações em áreas de tecnologia. O intuito é aumentar a amplitude de atingimento das nossas marcas por meio de parcerias com empresas estabelecidas em determinados segmentos, oferecendo uma formação atualizada e prática.

Outro movimento relevante foi a aliança firmada com a Hapvida NotreDame Intermédica com o objetivo de impulsionar a formação de profissionais da área da saúde, proporcionando estágio e

aprendizados práticos aos estudantes da modalidade a distância em ambientes hospitalares. Acreditamos que esta aproximação com o mundo do trabalho é relevante para aperfeiçoar, ainda mais, a qualidade do ensino, e integrar os estudantes às atuais demandas do mercado de trabalho.

No lado acadêmico, tivemos importantes conquistas em 2023: (i) Liderança no ranking de companhias abertas para o Índice Geral de Cursos (IGC) contínuo ponderado pelo número de matrículas, reafirmando nosso compromisso com a entrega de um produto de qualidade para nossos estudantes; (ii) alcance do marco de 69% das nossas instituições com nota máxima 5, de acordo com o Conceito Institucional (CI) do MEC, um avanço de 46 p.p. vs. 2022; (iii) ranqueamento, pelo segundo ano consecutivo, da UNIFRAN no Times Higher Education como a melhor IES privada no Brasil (subindo 4 posições no ranking da América Latina), bem como a presença da Ceunsp e Braz Cubas no ranking, pela primeira vez; (iv) Seleção do projeto dos docentes do programa de pós-graduação em Ciências da UNIFRAN, para representar o Brasil na Conferência Mundial do Clima (COP27), organizada pelas Nações Unidas e (v) acreditação do curso de Medicina da UNIFRAN pelo Sistema de Acreditação das Escolas Médicas do Conselho Federal de Medicina (SAEME-CFM), o único certificador de qualidade das escolas médicas no Brasil. Com essa distinção, o curso, iniciado em 2012, agora integra um seleto grupo de 42 escolas reconhecidas, sendo apenas 26 privadas.

Na esfera tecnológica, seguimos construindo nossa jornada de digitalização da Companhia, visando sempre dois grandes objetivos: entrega de uma experiência melhor e mais engajadora para o nosso estudante e ganhos de produtividade operacional. Lançamos o aplicativo Duda, que foi criado com o intuito de melhorar a jornada do estudante, atendendo as principais demandas dentro das esferas administrativas, tornando-se um canal de relacionamento unificado, ágil e mais próximo ao aluno. Avançamos também na automação dos processos de *backoffice*, que reduziram em ~48% o volume de atendimento na Central de Atendimento ao Aluno e reduziu em ~70% os passos necessários para finalização das rematrículas.

Criamos uma plataforma operacional e de gestão para os nossos parceiros de polos, possibilitando maior agilidade comercial na ponta e maior facilidade de gestão da base de alunos pelo polo. Introduzimos o *e-commerce* da pós-graduação, com uma redução de 70% no número de cliques para contratação e vendas 24x7 para todo este portfólio. Desenvolvemos em conjunto com uma grande empresa de tecnologia, modelos de predição que podem contribuir para a redução de evasão, projeto este que está rodando o piloto agora no ciclo 2024.1. Por fim, aperfeiçoamos nosso modelo de *pricing* dinâmico, contribuindo para uma maximização de resultados de uma maneira mais rápida e eficiente.

Com relação a performance operacional e financeira, o ano de 2023 foi um ano marcado por importantes conquistas. Na graduação Presencial, finalizamos a base com 141 mil alunos, uma expansão de 10,6% vs. 2022, sendo o segundo ano consecutivo de crescimento no pós-pandemia (15.4% de crescimento vs 2021) vs. uma queda relevante no segmento Presencial no Brasil. Na rematrícula do Presencial, renovamos nosso recorde, evoluindo 3,8 p.p. vs. 2022 e chegando a 91.2% no 2S23, como reflexo das iniciativas de retenção e alinhamento de incentivos dos nossos colaboradores. Com relação ao ticket do Presencial, conseguimos crescer ao longo do ano, recuperando os patamares do 2S22.

Na graduação Digital, renovamos o recorde no volume de captação 25,6% acima de 2022, finalizando a base de graduação com 296 mil alunos, uma expansão de 24,7% vs. o ano anterior. Na Rematrícula do Digital, crescemos 1.9pp no 1S23 e 1.4 p.p. no 2S23, chegando a 78.5% de rematrícula no 2S23. Com relação ao ticket do Digital, também crescemos ao longo do ano, porém a maior participação de calouros na base (+11,3 p.p. no 1S23 e +0,7 p.p. no 2S23) e a maior

demanda dos cursos 100% online, impactou o ticket com a queda de 1,7% no 1S23 e 2,0% no 2S23.

Passando para os resultados financeiros, encerramos o ano com uma receita líquida de R\$ 2,3 bilhões, 13,3% superior à de 2022, como reflexo da expansão de todas as linhas de negócios da Companhia. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 684 milhões, com margem de 29,8%, uma expansão de 1,2 p.p. vs. o ano anterior como reflexo (i) do ganho de eficiência em despesas gerais e administrativas e (ii) da melhora da PCLD em 1pp, que mitigaram o impacto da maior despesa com marketing no período. O Lucro Líquido atingiu R\$ 100 milhões, com margem líquida de 4,4%, uma das maiores do setor, e a geração de caixa operacional foi de R\$ 370 milhões, uma expansão de 21,6% vs. 2022.

Por fim, a alavancagem da Companhia se manteve estável em 1,6x (vs. 2022), mesmo após a distribuição de R\$ 121 milhões entre dividendos aos acionistas e recompra de ações nos últimos 12 meses, o que representou uma distribuição aos acionistas (Dividendos mais Recompra sobre o EBITDA ex-IFRS-16) de 26%, maior patamar desde o IPO em 2021.

A Diretoria,

Cenário econômico

O ano, em geral, e o terceiro trimestre de 2023, em particular, foram marcados pela expansão do mercado interno, acompanhada por uma contínua elevação da massa de rendimentos do trabalho ampliada por benefícios sociais e pela elevada contribuição do consumo das famílias ao PIB. O crescimento do consumo interno foi canalizado para serviços, levando a que o setor contribuísse significativamente para o resultado do PIB.

Esse crescimento impactou o mercado de educação de diferentes maneiras. Sendo assim, a Cruzeiro do Sul Educacional apresentou crescimentos expressivos na EaD (+18,9% na base de alunos do segmento em 2023). No Presencial, finalizamos o ano com uma base de 149,2 mil alunos, um avanço de 10,5%.

Propósito e valores corporativos

Seis pilares sustentam nossa forma de ensino e norteiam todos os nossos cursos, presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se forme como cidadão preparado para vencer os desafios do mercado de trabalho.

Protagonismo do aluno – Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação.

Empreendedorismo – Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas.

Flexibilidade – Vivenciar a flexibilidade curricular – escolha das disciplinas on-line, montagem do

horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas.

Formação dos formadores – Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador.

Inovação – Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um *mindset* favorável à criatividade e à inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos.

Pensamento crítico – Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global).

Perfil corporativo e descrição geral do negócio

Com mais de 58 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional atua em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com ~1.650 polos de educação a distância (EaD) e 27 campi de educação presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 469 mil alunos e 7.614 colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), cursos livres, de extensão e idiomas.

A estratégia de crescimento da Companhia está focada em três frentes: 1) a aquisição de instituições que sejam relevantes e reconhecidas na região em que atuam; 2) a expansão de polos EaD em mercados em que já atua ou novos; 3) abertura de novos campi; e 4) a abertura de novos cursos nas unidades que já fazem parte da Companhia e eventualmente possuem demanda.

Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3.

Estrutura societária

Posição acionária de 31 de dezembro de 2023

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	34,76%
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	85.679.880	23,50%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,01%
Administração	-	0,00%	19.408	0,01%
Ações em tesouraria	-	0,00%	5.602.700	1,47%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	56.833.092	14,88%
	364.542.552	100,00%	381.822.240	100,00%

Desempenho operacional e financeiro

Desempenho operacional

Base de alunos

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	% Var. 23/22
Ensino presencial	149,2	135,0	10,5%
Ensino EaD	319,8	269,0	18,9%
Total	469,0	404,0	16,1%

Encerramos o ano mostrando a retomada do Presencial e continuidade na expansão do EaD, com um aumento de 10,5% na base de alunos do Presencial e de 18,9% na base do EaD, o que viabilizou um aumento de 16,1% da nossa base total de alunos, em comparação ao mesmo período de 2022.

Financiamento estudantil

Financiamentos estudantis (em milhares)	4T23	4T22	Var.% 23/22
Alunos ensino presencial	149,2	135,2	10,4%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	0,2	0,5	-59,4%
% de alunos CREDUCSUL	0,1%	0,4%	-0,2pp
Alunos FIES (sistema público)	1,6	1,7	-3,6%
% de alunos FIES	1,1%	1,3%	-0,2pp
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	6,9	8,7	-20,4%
% de alunos PRAVALER	4,6%	6,4%	-1,7pp
Total de alunos com financiamento	8,8	10,9	-19,6%
% de alunos com financiamento	5,9%	8,1%	-2,2pp

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T23 com 5,9% de alunos do ensino presencial com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), ante 8,1% no 4T22.

Crescimento orgânico

A Companhia seguiu sua estratégia de crescimento orgânico com a criação de 90 novos cursos em 2023, sendo 70 em EaD e 20 presenciais. Com isso, chega ao total de 1.416 cursos ofertados, sendo 885 em EaD e 531 presenciais.

Desempenho Financeiro

Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
			23/22			23/22
Receita líquida	599.268	521.863	14,8%	2.297.787	2.028.320	13,3%
Custo dos serviços prestados	(319.635)	(302.655)	5,6%	(1.198.011)	(1.080.179)	10,9%
Lucro bruto	279.633	219.208	27,6%	1.099.776	948.141	16,0%
Margem bruta	46,66%	42,00%	4,7 pp	47,86%	46,75%	1,1 pp
Receitas (Despesas) operacionais	(205.932)	(171.966)	19,8%	(687.637)	(636.495)	8,0%
Despesas gerais e administrativas	(129.188)	(100.100)	29,1%	(451.097)	(409.485)	10,2%
Depreciação e amortização	(43.185)	(39.455)	9,5%	(137.219)	(118.413)	15,9%
PECLD (Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa)	(43.240)	(40.293)	7,3%	(131.439)	(135.354)	-2,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	9.681	7.882	22,8%	32.118	26.757	20,0%
Lucro operacional	73.701	47.242	56,0%	412.139	311.646	32,2%
Margem operacional	12,3%	9,1%	3,2 pp	17,9%	15,4%	2,6 pp
(+) Depreciação e amortização ¹	(75.029)	(69.984)	7,2%	(264.400)	(238.772)	10,7%
EBITDA	148.730	117.226	26,9%	676.539	550.418	22,9%
Margem EBITDA	24,8%	22,5%	2,4 pp	29,4%	27,1%	2,4 pp
(+) Itens não recorrentes ²	4.376	6.437	-32,0%	7.690	30.225	-74,6%
EBITDA ajustado	153.106	123.663	23,8%	684.229	580.643	17,8%
Margem EBITDA ajustado	25,5%	23,7%	1,9 pp	29,8%	28,6%	1,1 pp
Resultado financeiro líquido	(64.692)	(60.723)	6,5%	(307.783)	(303.606)	1,4%
Receitas financeiras	20.744	36.697	-43,5%	103.862	127.976	-18,8%
Despesas financeiras	(85.436)	(97.420)	-12,3%	(411.645)	(431.582)	-4,6%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.009	(13.481)	-167%	104.356	8.040	1198,0%
Imposto de renda e contribuição social	(2.090)	(2.021)	3,4%	(3.901)	(1.434)	172,0%
Lucro (Prejuízo) líquido	6.919	(15.502)	-144,6%	100.455	6.606	1420,7%
Margem líquida	1,2%	-3,0%	4,1 pp	4,4%	0,3%	4,0 pp

¹ No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$75.029 mil no 4T23 e R\$69.984 mil no 4T22; R\$264.400 mil em 2023 e R\$238.772 mil em 2022), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$43.185 mil no 4T23 e R\$39.455 mil no 4T22; R\$137.219 mil em 2023 e R\$118.413 mil em 2022), os efeitos de depreciação de direito de uso, que nas demonstrações dos resultados são alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$31.844 mil no 4T23 e R\$30.529 mil no 4T22; R\$127.181 mil em 2023 e R\$120.359 mil em 2022).

² Itens não recorrentes: (i) Custos com reestruturação, (ii) Inauguração e Expansão de Unidades e Polos, (iii) Custos do M&As, (iv) consultorias de planejamento estratégico, e (v) IPTU retroativo de três campi.

Receita bruta e líquida

A Companhia encerrou ano de 2023 com receita líquida de R\$2.297,8 milhões, o que representa um aumento de 13,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para essa variação o crescimento de alunos, que foi de 16,1% em 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos serviços prestados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 10,9% ou R\$117,8 milhões, passando de R\$1.080,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.198,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais impactos para o aumento dos custos foram em salários de docentes, técnicos administrativos e preceptores em virtude principalmente do dissídio referente a 2023, além do

aumento de *headcount* pela progressão de cursos e maiores custos com rescisões comparado com 2022. Também tivemos um crescimento nos custos pedagógicos, referente aos serviços de tecnologia e material EAD adquirido de terceiros, custos com sistemas educacionais e de novos custos contratados em 2023 para apoio ao ensino presencial e a distância. Contudo, os custos tiveram redução em relação a receita líquida em função das ações de eficiência operacional da Companhia.

Lucro bruto e margem bruta

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro bruto da Companhia aumentou 16,0%, ou R\$151,6 milhões, passando de R\$948,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$1.099,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento do lucro bruto está associado principalmente ao maior percentual da receita líquida entre os dois exercícios, influenciado pelo crescimento da base de alunos, que foi de 16,1% em 2023, comparado com o percentual dos custos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 10,2%, passando para o valor de R\$451,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ante R\$409,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos gastos com serviços de tecnologia e das despesas com publicidade e propaganda.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização da Companhia aumentou 15,9%, passando para o valor de R\$137,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$118,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento nos investimentos em infraestrutura nos campi e em tecnologia (revitalização do *backoffice* e evolução digital da Companhia).

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia reduziram 2,9%, apresentando o valor de R\$131,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$135,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em função da eficiência na gestão de cobrança.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

A linha de “Outras receitas operacionais, líquidas” aumentou 20,0%, alcançando R\$32,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$26,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esta variação ocorreu devido ao aumento no aluguel de espaços físicos da Companhia.

EBITDA

Em 2023, a Companhia registrou um acréscimo de 22,9% em comparação com o ano anterior, atingindo um EBITDA de R\$676,5 milhões, ante R\$550,4 milhões em 2022, justificado pelo (i) aumento da receita líquida devido ao crescimento da base de alunos (+16,1%); e pela (ii) redução dos custos em relação a receita líquida em função das ações de eficiência operacional da

Companhia.

EBITDA ajustado

Demonstração do resultado (em milhares de reais, exceto %)	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
			23/22			23/22
EBITDA	148.730	117.226	26,9%	676.539	550.418	22,9%
Margem EBITDA	24,8%	22,5%	2,4 pp	29,4%	27,1%	2,3 pp
(+) Custos com reestruturação	-	-	-	2.633	6.391	-58,8%
(+) Inauguração e expansão de unidades e polos	-	408	-100,0%	-	4.505	-100,0%
(+) Custos de M&A e outros	4.376	6.029	-27,4%	5.057	19.329	-73,8%
(=) Itens não recorrentes	4.376	6.437	-32,0%	7.690	30.225	-74,6%
EBITDA ajustado	153.106	123.663	23,8%	684.229	580.643	17,8%
Margem EBITDA ajustado	25,5%	23,7%	1,9 pp	29,8%	28,6%	1,2 pp

O EBITDA ajustado da Companhia registrou aumento de 17,8% em relação a 2022. O valor foi de R\$580,6 milhões para R\$684,2 milhões em 2023.

Resultado financeiro

Receita financeira

As receitas financeiras apresentaram uma variação negativa de R\$24,1 milhões, ou -18,8%, de R\$103,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ante R\$128,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é ocasionada substancialmente pela redução do saldo de aplicações financeiras.

Despesa financeira

As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$19,9 milhões, ou -4,6%, de R\$411,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação às despesas de R\$431,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da redução da dívida bruta (debêntures) diminuindo a apropriação dos juros.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ("IR/CS") corrente e diferido da Companhia aumentou R\$2,5 milhões, ou 172,0%, alcançando o valor de -R\$3,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ante -R\$1,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação refere-se, principalmente, ao incremento em 2022 de IR/CS diferido pelas diferenças temporárias, como constituição de provisões contingências e trabalhistas.

Lucro líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido da Companhia aumentou 1.420,7%, ou R\$93,8 milhões, passando de R\$6,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$100,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação ocorreu devido aos fatores identificados nos itens acima e seus impactos relativos.

Balanço patrimonial

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Var.% 23/22
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	522.915	852.743	-38,7%
Contas a receber	261.128	215.995	20,9%
Tributos a recuperar	36.367	28.948	25,6%
Outros ativos	41.463	23.508	76,4%
Total do ativo circulante	861.873	1.121.194	-23,1%
Não circulante			
Contas a receber	22.286	21.393	4,2%
Depósitos judiciais	24.571	23.940	2,6%
Outros créditos	80.073	63.457	26,2%
Tributos diferidos	104.267	104.087	0,2%
Investimentos	146	146	0,0%
Imobilizado, líquido	583.297	519.784	12,2%
Direito de uso	1.129.737	1.152.355	-2,0%
Intangível, líquido	1.709.559	1.701.266	0,5%
Total do ativo não circulante	3.653.936	3.586.428	1,9%
Total do ativo	4.515.809	4.707.622	-4,1%

Balancos patrimoniais (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Var.% 23/22
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	-	3.770	-100,0%
Debêntures	198.080	232.154	-14,7%
Fornecedores	77.870	69.368	12,3%
Obrigações com partes relacionadas	3.166	2.948	7,4%
Obrigações trabalhistas	127.201	143.412	-11,3%
Obrigações tributárias	57.434	53.446	7,5%
Dividendos a pagar	-	1.569	-100,0%
Adiantamentos de clientes	47.549	40.820	16,5%
Passivo de arrendamento	107.778	100.379	7,4%
Obrigações por aquisição de participações societárias	169.438	-	100,0%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	7.166	8.095	-11,5%
Total do passivo circulante	796.404	656.683	21,3%
Não circulante			
Debêntures	645.867	831.242	-22,3%
Obrigações trabalhistas	10.963	8.494	29,1%
Obrigações tributárias	115.874	129.800	-10,7%
Tributos diferidos	15.693	16.484	-4,8%
Provisão para demandas judiciais	60.922	67.487	-9,7%
Passivo de arrendamento	1.218.105	1.206.276	1,0%
Obrigações por aquisição de participações societárias	251.953	372.756	-32,4%
Receita diferida	8.785	9.508	-7,6%
Outras contas a pagar	4.760	3.498	36,1%
Total do passivo não circulante	2.332.922	2.645.545	-11,8%
Patrimônio líquido			
Capital social	1.203.576	1.203.576	0,0%
Ações em tesouraria	-	(23.133)	-100,0%
Reserva de capital	102.993	161.978	-36,4%
Reserva de lucros	79.914	62.973	26,9%
Total do patrimônio líquido	1.386.483	1.405.394	-1,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	4.515.809	4.707.622	-4,1%

Contas a receber e prazo médio de recebimento

Evolução de contas e prazo médio a receber (em milhares de reais, exceto %)	2023	2022
Mensalidades	431.751	360.758
Crédito universitário	50.211	62.392
Acordos em andamento	86.827	62.882
Outras contas a receber	71.785	55.643
Contas a receber bruto	640.574	541.675
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(344.323)	(290.907)
Ajuste a valor presente	(12.837)	(13.380)
Contas a receber líquido	283.414	237.388
Receita líquida	2.297.787	2.028.320
Prazo médio de recebimento líquido	44	42

Dívida bruta e dívida líquida

(em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Var.% 23/22
Empréstimos, financiamentos e derivativos	-	3.770	-100,0%
Debêntures	843.947	1.063.396	-20,6%
Passivos de arrendamento (IFRS 16)	1.325.883	1.306.655	1,5%
Aquisições	421.391	372.756	13,0%
(=) Dívida bruta	2.591.221	2.746.577	-5,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(522.915)	(852.743)	-38,7%
(=) Dívida líquida	2.068.306	1.893.834	9,2%

O aumento da dívida líquida da Cruzeiro do Sul deve-se, principalmente, à redução de caixa e equivalentes de caixa justificada principalmente pela distribuição de dividendos, maior investimento em infraestrutura e recompra de ações.

Investimentos (Capex)

Os investimentos em 2023 foram de aproximadamente R\$202,9 milhões, destinados, principalmente a infraestrutura nos campi e tecnologia (revitalização do *backoffice* e evolução digital da Companhia).

Geração de caixa operacional

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$49,1 milhões, ou 9,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao mesmo período de 2022. Passando de um caixa gerado de R\$513,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$562,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação deu-se, principalmente, pelo incremento das receitas em função do aumento do número de alunos e da melhor eficiência em custos.

Principais premiações, reconhecimentos e certificações

Em 2023, a CSED foi contemplada com prêmios e certificações que ratificam os investimentos de longo prazo no tripé ensino, pesquisa e extensão – refletidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Prêmio Catalyst Awards 2023 na categoria Sucesso do Estudante

A CSED ganhou o prêmio do Catalyst Awards 2023 na categoria Sucesso do Estudante. A premiação é realizada pela Anthology, que fornece soluções educacionais para apoiar todo o ciclo de vida do aluno. Nesse ano, venceram 40 instituições entre mais de 100 indicadas de 21 países. E mais: somos uma das duas únicas instituições brasileiras a ter ganhado o prêmio, que possui nove categorias.

Times Higher Education (THE)

Nossas Instituições Universidade de Franca (UNIFRAN), Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP) e Centro Universitário Braz Cubas foram classificadas entre as instituições particulares brasileiras pelo Impact Ranking (IR), do grupo britânico Times Higher Education (THE), que avalia o desempenho no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SCImago Institutions Rankings (SIR)

Quatro de nossas universidades foram classificadas no ranking que avalia as IES e as evidências de seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo (UP), a UNIFRAN, a Universidade Cidade de S. Paulo (UNICID) e a Universidade Cruzeiro do Sul se posicionaram entre as melhores da América Latina.

Ranking dos investidores

Em nosso segundo ano como empresa de capital aberto, tivemos avanços importantes no ranking da revista norte-americana Institutional Investor, uma das mais renomadas publicações especializadas no setor de *equities*. Saímos de duas menções em 2022 para nove menções em 2023, nas 24 categorias existentes nos rankings do setor de educação. Ficamos na terceira colocação como: (i) melhor profissional de RI (diretor-executivo de RI, Luis Felipe Bresaola); (ii) melhor time de RI; (iii) melhor programa de RI; e (iv) melhor Conselho de Administração, na avaliação global dos investidores (*sell side e buy side*).

Avaliação do Ministério da Educação (MEC)

Recebemos conceito 5 (em escala de 1 a 5) no Relatório de Avaliação de Recredenciamento da Universidade Cruzeiro do Sul, Unifran, Braz Cubas, FSG, UNICID, UDF e CEUNSP pelo MEC, atendendo, com excelência, a todos os critérios estabelecidos.

CSED entre as 150 empresas mais inovadoras do Brasil

Segundo o Especial Valor Inovação 2023, ficamos em 4º lugar no setor de educação.

Ranking Valor 1.000

A CSED está entre as dez maiores do setor de educação, conquistando o 4º lugar

Festival Élan (Muros que Ensinam)

Nosso projeto Muros que Ensinam foi reconhecido no Festival Élan 2023, evento que premia *cases* criativos. O projeto foi uma forma de contribuição, por meio da educação e da arte, com um momento decisivo para muitos vestibulandos: o Emen, uma das provas mais importantes da vida deles.

Socialmente Responsáveis

Todas as nossas instituições receberam o selo Socialmente Responsável, conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). O prêmio destaca instituições que promovem ações dedicadas ao bem-estar e ao desenvolvimento sustentável da sociedade com a colaboração das comunidades acadêmicas.

Ranking da Research.com

A organização, que classifica os melhores pesquisadores do mundo, colocou a Universidade Cruzeiro do Sul entre as melhores instituições de pesquisa do país nas áreas de Medicina, Biologia e Bioquímica.

Guia da Faculdade

A publicação divulgou os resultados de 2023 da avaliação de cursos de graduação de todas as nossas instituições. Ao todo, são 2.011 estrelas para 589 cursos avaliados (presenciais e a distância), 15% a mais do que no ano anterior. O resultado reforça a credibilidade das nossas instituições em ofertar o que há de melhor no ensino superior, fruto do trabalho e do compromisso de todos os nossos colaboradores.

RUF

Mais uma vez, somos destaque em uma avaliação nacional. O Ranking Universitário Folha (RUF) classificou a Universidade Cruzeiro do Sul, na edição de 2023, como uma das melhores instituições privadas do Brasil.

Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas

Em 2023, fomos mais uma vez eleitos como uma das Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas na categoria Educação. Essa é a terceira vez que ganhamos o título, recebido também em 2019 e 2022.

Idealizado e desenvolvido pela plataforma Negócios da Comunicação, o prêmio tem como objetivo identificar e valorizar as marcas que prezam pela excelência nessa comunicação. Os premiados são eleitos por mais de 25 mil jornalistas do país, que indicam três companhias em cada um dos 30 setores avaliados.

Selo IES Amiga da Iniciação Científica

Dez das nossas instituições detêm a certificação do Semesp, que visa aumentar a visibilidade da iniciação científica como um importante passo no processo de formação profissional dos estudantes.

Selo GUPY

A conquista é obtida a partir do feedback dado por mais de 90% dos candidatos que participaram dos nossos processos seletivos. Só em 2022 tivemos a satisfação de ter mais de 464.506 inscritos.

Esse feito é fruto do compromisso do nosso time de Atração e Seleção com transparência, ética e respeito a cada uma dessas pessoas, que é o mesmo que dedicamos aos milhares de alunos da CSED. Além disso, acreditamos e valorizamos a história única de cada candidato.

Prêmio UDF-IEL

A IES ficou em 1º lugar na etapa nacional do concurso, na categoria Instituição de Ensino Inovadora, com o projeto O Uso do Metaverso como Ferramenta dos Estágios. A iniciativa também foi a vencedora da etapa regional, no estado de Goiás.

O prêmio é resultado de um trabalho dedicado, colaborativo e criativo dos estagiários, dos professores orientadores e dos coordenadores dos cursos da Instituição.

Regulação

Destaque nas avaliações do MEC

Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), ainda não foram publicados os dados de 2023. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de IGC do ano anterior: CESUCA, CEUNSP, FPL, FSG, Positivo, UDF e UNIPÊ atingiram a faixa 4 do IGC. Assim, o percentual de IGC satisfatório é de 100%, considerando as instituições ativas da Cruzeiro do Sul Educacional.

Em relação ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), ainda não foram publicados os dados de 2023. Portanto, permanecemos com os mesmos indicadores de CPC do ano anterior: 98,1% dos cursos do Grupo foram avaliados com conceito satisfatório, considerando-se os últimos indicadores publicados pelo MEC. Das 277 avaliações de curso, em 2023, alcançamos 94,2% Conceitos de Curso (CC) nas faixas 4 e 5.

É importante destacar, ainda, os recredenciamentos EaD da UNICID, com conceito 4, e da BRAZ Cubas, com conceito 5 - o máximo do MEC.

A Cruzeiro do Sul acompanha sistematicamente os resultados das avaliações externas e internas a fim de garantir a qualidade dos seus serviços educacionais, bem como a melhoria contínua dos indicadores de suas instituições e cursos.

Pesquisa e desenvolvimento

Reconhecidos por sua excelência na produção de pesquisa, os docentes pesquisadores das IES do Grupo ministram aulas na pós-graduação stricto sensu e na graduação, bem como orientam

dissertações e teses.

Isso faz com que os discentes recebam, em sala de aula, um conhecimento sempre atualizado e com base no olhar crítico e científico do professor pesquisador. Também permite que os discentes dos cursos de graduação tenham a oportunidade de desenvolver projetos de iniciação científica. Essa integração aumenta a convivência dos alunos já nos primeiros anos de curso, construindo uma visão ampliada do mundo acadêmico e contribuindo para despertar seu interesse pela investigação científica e tecnológica. Os estudantes da graduação, assim como os da pós-graduação, são estimulados a participar de seminários semanais oferecidos pelos programas, das discussões semanais dos grupos de pesquisa e dos eventos científicos nacionais e internacionais (workshops, congressos e simpósios).

Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos programas de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado – do Grupo Cruzeiro do Sul em 2023.

Item	Total
Teses e dissertações defendidas (titulação de mestres e doutores)	256
Grupos de pesquisa científica e tecnológica certificados pelo CNPq	120
Professores/pesquisadores bolsistas produtividade CNPq	44
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000)	33

Foram publicados 4.664 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais no período citado (2017 a 2020) na plataforma Sucupira, da Capes.

Em relação aos artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, os dados consolidados atualizados estão na plataforma Sucupira. No entanto, essa plataforma está indisponível.

Pós-graduação: formação de excelência

Temos o orgulho de promover a formação e a qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de ensino superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores da Cruzeiro do Sul formaram em 2022* um total de 184 mestres e 53 doutores. Apresentamos, a seguir, os dados por instituição.

Instituição de ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	42	5
Universidade Cruzeiro do Sul	26	13
Universidade de Franca (UNIFRAN)	41	20
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	28	-
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	20	-
Universidade Positivo (UP)	27	15
Total	184	53

* Os dados mais recentes, disponíveis na plataforma Sucupira, da Capes, são referentes ao ano de 2022, consolidados, de acesso público e auditáveis.

Governança corporativa

Desde 2021, quando abrimos o capital, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica, integrando o Conselho de Administração e os comitês de assessoramento ao Conselho. Trimestralmente, os conselheiros se reúnem com a Diretoria da Companhia para assegurar a preservação dos valores que norteiam os negócios, responsáveis pelo sucesso de nossa trajetória. Com vistas ao aprimoramento contínuo da governança, criamos duas vice-presidências (Presencial e a Distância) em 2022 e mais uma em 2023 (Saúde), adotando, assim, um modelo com lideranças especializadas e focadas em cada unidade de negócio, de forma a imprimir agilidade nas respostas às demandas do mercado e dos clientes. Nossas IES são geridas por profissionais qualificados, que respondem diretamente às vice-presidências de Educação Presencial, Educação a Distância e Educação Saúde.

Estão ainda estabelecidos núcleos de trabalho para a discussão de temas relacionados a sete pilares: Direitos Humanos e Inclusão; Responsabilidade Socioambiental; Empreendedorismo e Trabalhabilidade; Saúde e Bem-Estar; Inovação Acadêmica e Práticas de Extensão; Internacionalização e Redes de Cooperação; e Gestão de Produtos e Resíduos. Os núcleos são compostos por professores representantes das IES e contam com apoio das áreas administrativas para a realização de projetos de impacto social.

São indicados para compor o Conselho de Administração, seus comitês e a Diretoria profissionais qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional e acadêmica, e alinhados à nossa missão, visão, valores e cultura. A indicação considera critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

Há também mecanismos informais de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto avaliação do órgão quanto individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a segunda é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ações para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto, atualmente, por nove membros, mas pode ser formado por, no mínimo, nove e, no máximo, 11 membros efetivos, pessoas naturais, residentes no Brasil ou no exterior, sendo um designado presidente do Conselho de Administração e os demais designados simplesmente conselheiros, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto nos Acordos de Acionistas. O mandato dos membros do Conselho será unificado, com prazo de dois anos, sendo permitida a reeleição. Ainda, poderão ser destituídos de seu cargo durante o seu mandato e substituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o disposto nos Acordos de Acionistas.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, dois ou 20% dos seus membros (o que for maior) deve ser composto por conselheiros independentes, de acordo com critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, temos três conselheiros independentes (33% dos membros). O Conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Com o suporte da Diretoria e dos seus comitês de assessoramento, o Conselho de Administração é responsável pela fixação de nosso direcionamento estratégico no curto, médio e longo prazos e, por essa razão, também responde pela definição da missão, visão e valores internos, bem como pela aprovação de todas as políticas organizacionais, sempre zelando pela manutenção da ética e da transparência no relacionamento com todos os *stakeholders*.

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tem autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho. É composto, atualmente, por três membros – sendo esta sua composição mínima –, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2022, o Comitê de Ética e Conduta, antes vinculado à Presidência, passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria. Em 2023, foi criado o Comitê de Privacidade e Cibersegurança vinculado diretamente ao Diretor-Presidente, com reporte trimestral ao Comitê de Auditoria.

Tem como responsabilidades opinar sobre a contratação de auditoria independente; avaliar informações trimestrais e políticas internas; acompanhar o mapeamento e o gerenciamento de riscos; identificar conflitos de interesses e oportunidades de melhoria de controles internos; e garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa, entre outras atribuições.

Comitê de Finanças e M&A

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

É responsável por supervisionar, analisar e opinar sobre operações e demais assuntos de natureza financeira e relativos ao mercado de capitais e acompanhar o planejamento e a gestão financeira interna. Outras atribuições incluem assessoria ao Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a recomendação de aprovação de operações de combinação de negócios, das políticas financeiras internas (incluindo *hedge* e limites de crédito das aplicações de caixa), bem como dos descasamentos de moedas e do índice de endividamento (alavancagem); análise de proposta orçamentária anual e plurianual da Diretoria a ser aprovada pelo Conselho de Administração e outras propostas; acompanhamento do planejamento financeiro e do fluxo de caixa de curto, médio e longo prazo; e outros assuntos solicitados pelo Conselho de Administração.

Comitê de Ética e Conduta

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Comitê de Auditoria, composto por quatro membros fixos, os quais devem ser os ocupantes dos cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Gente, Gestão e Sustentabilidade, Diretor Jurídico e de Compliance e Head de Auditoria interna. Pode ainda contar com membros convidados, de acordo com a natureza dos casos analisados.

É responsabilidade do órgão zelar para que o nosso compromisso de agir de forma ética, íntegra e

transparente seja cumprido e que as atividades sejam conduzidas em conformidade com as leis nacionais e internacionais vigentes, com as melhores práticas de governança corporativa e em consonância com seus valores. Outra atribuição do comitê é analisar todas as preocupações cruciais e reportá-las ao Comitê de Auditoria estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Os reportes são realizados por meio de reuniões ordinárias trimestrais, podendo ocorrer também em encontros extraordinários, a depender da criticidade do assunto tratado.

Comitê de Pessoas

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto, atualmente, por quatro membros, podendo ser formado por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição.

É responsável por analisar e opinar sobre os assuntos relacionados ao desenvolvimento de seus administradores e profissionais, cultura e ambiente de trabalho e processos relativos a gestão de pessoas, cultura organizacional, questões sindicais e governança corporativa.

Comitê de Privacidade e Cibersegurança

Órgão de assessoramento, não estatutário, vinculado diretamente à Diretoria Executiva (Presidência), que funcionará de modo permanente e com reportes no mínimo trimestrais ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. O comitê será composto por sete membros efetivos, que deverão ser os ocupantes dos cargos de, respectivamente, Diretor-Presidente, Diretor-Executivo de TI, Diretor-Executivo Jurídico & de Compliance, DPO (*Data Protection Officer*), Gerente de Cibersegurança, Gerente de Governança de Dados e Gerente de Auditoria Interna, sendo este último não votante.

É responsabilidade do órgão assessorar e apoiar o *Data Protection Officer* (“DPO”) em assuntos relacionados a definição e planejamento de estratégias, políticas e medidas voltadas para a adequada estruturação, manutenção e aprimoramento do Programa de Privacidade da Companhia e demais obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, conforme disposto nos artigos 46 e 50 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”). Também deverá acompanhar e direcionar o adequado tratamento e mitigação de riscos, concretos ou potenciais, à proteção dos dados pessoais e de cibersegurança no ambiente dos processos da Companhia.

Código de Conduta

Ética e transparência são valores institucionais, formalizados em nosso Código de Conduta, documento aplicável a todos os colaboradores – que assinam termo de ciência e aceite de seus compromissos. Pautado pelas melhores práticas e pelos princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos, o documento expressa diretrizes sobre governança, conduta profissional, respeito à identidade e diversidade, não discriminação e combate ao assédio moral e sexual e ao abuso de poder, entre outras. Também contempla regras relacionadas à integridade e ao combate à corrupção – temas sobre os quais eventuais desvios podem ser reportados ao Canal Seguro.

Canal Seguro e Diálogo Seguro

Com o objetivo de oferecer um canal de comunicação seguro, a Companhia disponibiliza o Canal Seguro, ferramenta aberta a todos os públicos com os quais interagimos, por meio da qual podem ser registradas denúncias sobre desvios de conduta, identificadas ou anônimas, garantindo o sigilo,

a confidencialidade e apuração adequada dos relatos.

Pensando em dispor de um atendimento customizado e mais próximo aos nossos colaboradores, em 2023 foi criado o Diálogo Seguro, subdivisão do Canal de Seguro gerenciado por um time especializado dentro da Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade. Tal canal objetiva receber e tratar situações que possam impactar a experiência dos colaboradores, tais como desvios de comportamento, assédio moral, abuso de poder, favorecimento, relacionamento familiar e afetivo entre colaboradores, entre outros temas.

Ambos os canais são gerenciados por uma consultoria externa e independente, e todos os relatos são analisados e encaminhados para tratativa das áreas de Conformidade e Gente e Gestão, de acordo com sua natureza. O processo de apuração é conduzido de forma imparcial, de modo a viabilizar a definição e a aplicação de medidas disciplinares e/ou planos de ação de caráter educativo ou preventivo, justos e proporcionais. Os casos mais críticos ou que envolvam colaboradores em nível de gestão são deliberados pelo Comitê de Ética e Conduta.

Com papel estratégico em nosso Programa de Conformidade, tais canais vêm sendo amplamente divulgados em apresentações e treinamentos conduzidos pelas áreas de Conformidade e Gente, Gestão e Sustentabilidade e em comunicados e informações divulgados em nossa intranet, a Rede Cruzeiro. O acesso ao Canal Seguro e Diálogo Seguro pode ser realizado pelo link <https://www.contatoseguro.com.br/cruzeiroeducacional>, disponível em todos os sites das instituições que fazem parte do Grupo.

A área de Conformidade também pode ser acionada para esclarecer dúvidas, prestar consultoria interna ou receber relatos de preocupações ou denúncias por e-mail e presencialmente. Adicionalmente, em 2022 foi lançado o programa de Embaixadores de Compliance, por meio do qual foram eleitos representantes de diferentes unidades de negócio com o objetivo de facilitar a comunicação, a disseminação de conteúdo e o esclarecimento de dúvidas, fazendo com que a cultura de conformidade seja multiplicada e praticada por todos os nossos colaboradores.

Combate à corrupção

A garantia de integridade e o combate à corrupção são compromissos institucionais previstos em nosso Código de Conduta e, para materializá-los, adotamos uma série de iniciativas, como inclusão de cláusulas anticorrupção em nossos contratos, análise de doações e patrocínios, avaliação personalizada em contratos com o poder público, monitoramento de pessoas politicamente expostas em nossos cargos de gestão ou decisão, além de treinamentos direcionados aos nossos colaboradores, diretores e parceiros de negócios.

Gestão de pessoas

A CSED encerrou 2023 com um total de 7.614 colaboradores, sendo 3.273 homens e 4.331 mulheres, ou seja, 57% da força de trabalho é composta pelo gênero identificado e declarado como feminino.

Talentos que fazem nossa constelação brilhar

A valorização de nossos colaboradores e a garantia de um ambiente organizacional seguro, saudável e inclusivo são compromissos gerenciados pela Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade – dedicada a identificar e aplicar melhorias contínuas em nossa cultura corporativa e na política de atração, contratação, treinamento, valorização e retenção de talentos.

Em 2023, realizamos iniciativas como o Programa de Gestão de Talentos e o Plano de Sucessão, que fortalecem o processo de recrutamento interno. O monitoramento dos dados de gestão de pessoas, especialmente *turnover*, é feito por meio de indicadores apurados mensalmente.

Buscamos o desenvolvimento de nossos colaboradores com a oferta de treinamentos e capacitações e o estímulo à educação formal. Nesse sentido, todos têm direito a bolsas de estudos em nossas IES. Em 2023, foram oferecidas 1.572 bolsas para colaboradores e 674 dependentes.

Capacitação e educação

Na Cruzeiro do Sul, reconhecemos que o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores é essencial para o sucesso de nossa missão. Por essa razão, investimos na capacitação e no crescimento de nossa equipe, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo e excelência. A seguir, detalhamos algumas dessas ações que, quando vistas em conjunto, reforçam nosso compromisso com o desenvolvimento de nossos colaboradores.

Desenvolvendo líderes alinhados com nossa visão: nosso foco no desenvolvimento de lideranças é essencial para alinhar a projeção e a prontidão dos líderes com a estratégia organizacional. Em 2023, realizamos um processo de avaliação abrangente com 55 líderes, incluindo diretores, reitores e gerentes. Esse *assessment* nos permitiu compreender profundamente as forças, habilidades e áreas de melhoria de nossas lideranças, facilitando uma alocação estratégica de recursos e programas de capacitação direcionados.

Ciclo de Gente: *assessment*, encontros e treinamentos focados no desenvolvimento de nossos líderes. Esses encontros têm como objetivo o alinhamento da estratégia do negócio, e os treinamentos visam potencializar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, reforçando o alinhamento com os valores da empresa.

Universidade Corporativa Cruzeiro (UCC): A UCC é o coração do nosso esforço de capacitação, oferecendo conteúdos em áreas como liderança, tecnologia e inovação. Com uma abordagem personalizada de aprendizado, a UCC assegura que todos os colaboradores tenham as ferramentas necessárias para se desenvolverem em suas carreiras e contribuir efetivamente para nossos objetivos estratégicos.

Os números e informações quantitativas demonstram a abrangência e o impacto das iniciativas da Cruzeiro do Sul na promoção de uma cultura organizacional forte, no desenvolvimento contínuo dos colaboradores e líderes, e na implementação eficaz de nossa estratégia:

- em 2023, foram conduzidas 89.282 horas de treinamento e desenvolvimento, totalizando 13.070 participações, o que equivale a uma média de 6,49 horas de treinamento por colaborador;
- seis turmas de treinamento sobre feedback para liderança, totalizando 302 horas de treinamento;
- NPS de 930 das avaliações de reação, com 59 respondentes (39% taxa de resposta);
- dos 455 líderes elegíveis, 151 líderes participaram dos treinamentos de feedback (33% de adesão);
- realização do *webinar* Ciclo de Gente com duas turmas e 39 líderes participantes;

- divulgação de 56 matérias informativas, 33 políticas da Companhia e 597 posts de outros materiais, totalizando 686 postagens disponíveis para todos os colaboradores na intranet;
- quatro ações de *Team Building* realizadas em 2023, abordando competências como trabalho em equipe, integração e comunicação;
- realização de encontros com os líderes, totalizando 2.126 horas de treinamento com 337 líderes participantes em temas variados;
- campanhas e entregas significativas em 2023, incluindo Janeiro Branco, lançamento da nova página de recrutamento interno, Embaixadores de Compliance, Portal Meu RH, Abril Verde, Dia Mundial da Educação, Maio Amarelo, Campanha Dia das Mães, entre outras.

Esses números ressaltam o compromisso da Cruzeiro do Sul com o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores e líderes e a importância dada à comunicação, ao engajamento e ao reconhecimento dentro da organização. As iniciativas destacadas refletem uma abordagem estratégica para fomentar uma cultura organizacional positiva, incentivar o crescimento contínuo e alinhar todos os membros da equipe aos objetivos estratégicos da empresa.

Saúde e segurança

O objetivo da área de Saúde e Segurança do Trabalho é proteger a integridade física e mental dos colaboradores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais e promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável. Para isso, a área segue as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, monitora os riscos existentes e implementa ações preventivas e corretivas. Além disso, busca conscientizar e capacitar os colaboradores sobre a importância da saúde e segurança no trabalho, estimulando a participação e o comprometimento de todos. A área de Saúde e Segurança do Trabalho é essencial para garantir a qualidade de vida dos colaboradores, a produtividade da empresa e o cumprimento das leis.

Sustentabilidade (ESG)

Acreditamos que a agenda ESG é inerente às empresas de educação, uma vez que os serviços prestados por elas impactam positiva e diretamente a sociedade via formação cidadã de milhares de estudantes.

Nossa gestão ESG tem como missão zelar pelo cumprimento da agenda de sustentabilidade e pelo bom andamento dos projetos e planos de ação relacionados aos pilares social, ambiental e de governança corporativa, atuando em parceria com o Comitê de Pessoas, a Comissão Interna de Sustentabilidade e os núcleos de trabalho, além de prestadores de serviço externos, gestores e colaboradores.

Nosso propósito é contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos direta e indiretamente com o nosso negócio, com vistas a uma sociedade mais sustentável e resiliente. Por meio da educação, é possível potencializar o desenvolvimento socioeconômico nos entornos das operações, sendo referência em impacto social positivo.

Questões ambientais

Nosso compromisso com o meio ambiente vai além da gestão eficiente dos recursos naturais.

Envolve também pesquisas por parte das universidades e conscientização de estudantes e comunidades no entorno de nossos campi sobre a importância da preservação. Todos os nossos contratos com fornecedores e outros parceiros incluem cláusulas relacionadas a respeito ambiental, compromisso com a proteção e prevenção e erradicação de práticas danosas.

Nossas IES desenvolveram ainda projetos e campanhas alinhados às boas práticas de preservação, ecoeficiência nos processos e economia de recursos, com resultados promissores. Em 2023, todas as nossas instituições de ensino tiveram as suas licenças e dispensas ambientais atualizadas.

Questões Sociais

Ações junto às comunidades

O setor educacional está entre os de maior potencial transformador. Ao levar ensino de qualidade a milhares de pessoas, impulsionamos a qualidade de vida e facilitamos a ascensão social e econômica. Contribuímos ainda com a formação de profissionais da área de saúde, o que se traduz em atendimento de excelência aos futuros pacientes. Formamos também grande número de pedagogos, que serão responsáveis pela continuidade do ensino – cerca de 80% de nossos egressos atuam em escolas públicas.

Em um país de dimensão continental, com renda média per capita baixa, como o Brasil, exercemos papel inclusivo. Com a ampliação de nossos polos de educação a distância, alcançamos cidades que nem sempre dispõem de ensino presencial, gerando empregos e qualificando a mão de obra profissional. Com o desenvolvimento de pesquisas, colaboramos também para o progresso científico brasileiro. Em 2022, investimos em novas clínicas de Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Medicina Veterinária, Biomedicina e Direito, todas em fase de maturação e com licença validadas pelos órgãos competentes locais, oferecendo atendimento à comunidade local.

Por meio de nossas atividades de extensão, proporcionamos diversos atendimentos e criamos projetos com aplicação prática no dia a dia das pessoas ao redor de nossos campi. Com o fim da fase mais crítica da pandemia da covid-19, retomamos integralmente nossas atividades de responsabilidade social.

Nossos cursos oferecem aulas práticas por meio de diversos serviços à comunidade em seus núcleos e clínicas. Dessa forma, os estudantes têm uma visão mais humanizada de suas profissões, enquanto a população usufrui de serviços de qualidade gratuitamente ou por um preço justo. Ao mesmo tempo que mobilizam os conhecimentos adquiridos, nossos estudantes aprendem a partir da troca com a comunidade.

Todos os campi de ensino presencial promovem atendimentos à população intra e extramuros. A assistência é realizada pelos estudantes, acompanhados por docentes e profissionais habilitados nas respectivas áreas de conhecimento. O público atendido é formado principalmente por moradores do entorno das IES e de cidades limítrofes, de diferentes classes sociais.

Já os atendimentos extramuros acontecem em parceria com várias associações, órgãos de classe, empresas, instituições de longa permanência para idosos, ONGs, juizados, indústrias, startups, farmácias, unidades de saúde, escolas, hospitais, laboratórios, clínicas e outros serviços públicos e privados.

Remuneração dos acionistas

Conforme o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 9 de novembro de 2023, por meio da reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, a ser realizada até o dia 30 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$60.000 mil, cujo pagamento foi realizado no dia 8 de dezembro de 2023.

(em milhares de reais, exceto %)	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	100.455
Base para reserva legal	100.455
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	5.023
Base para dividendo mínimo obrigatório	95.432
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	23.858
Dividendos adicionais propostos	36.142
Destinação para reserva de retenção de lucros	35.432
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552
Dividendo por ação em circulação – Em reais	0,1646

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024.

Auditores independentes

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência, em conformidade com a Resolução CVM nº 162/2022: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os honorários referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria e nas revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em auditorias societárias e nas revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação pertinente.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada para prestar os serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os honorários relativos a esses trabalhos foram de R\$2.088 mil, sendo R\$1.985 mil referente às revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2023 e R\$103 mil referentes à asseguaração limitada sobre a compilação das informações não financeiras constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade 2023

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da Cruzeiro do Sul declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou: (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), emitido em 28 de março de 2023; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Declaração do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do comitê e com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2023, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, que eles refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Cruzeiro do Sul e suas controladas e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Compromissória

A Cruzeiro do Sul Educacional e controladas (“Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”) estão vinculadas à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

A Companhia agradece seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços por todo o comprometimento dispensado ao longo do ano de 2023. Os resultados aqui descritos só foram possíveis graças ao apoio e à confiança de todos.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.360	447.400	522.915	852.743
Contas a receber	6	70.753	52.692	261.128	215.995
Tributos a recuperar	7	24.229	17.770	36.367	28.948
Outros créditos	8	77.295	70.598	41.463	23.508
Total do ativo circulante		173.637	588.460	861.873	1.121.194
Não circulante					
Contas a receber	6	2.652	2.568	22.286	21.393
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	225.835	77.600	-	-
Depósitos judiciais	19	9.653	6.251	24.571	23.940
Outros créditos	8	2.831	1.038	80.073	63.457
Tributos diferidos	25	-	-	104.267	104.087
Investimentos	9	1.033.754	807.065	146	146
Imobilizado, líquido	10	114.819	93.081	583.297	519.784
Direito de uso	14	334.150	336.569	1.129.737	1.152.355
Intangível, líquido	11	34.716	24.356	1.709.559	1.701.266
Total do ativo não circulante		1.758.410	1.348.528	3.653.936	3.586.428
Total do ativo		1.932.047	1.936.988	4.515.809	4.707.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	3.770
Debêntures	13	-	-	198.080	232.154
Fornecedores		33.589	33.236	77.870	69.368
Obrigações com partes relacionadas	17	1.334	1.315	3.166	2.948
Obrigações trabalhistas	15	53.430	56.116	127.201	143.412
Obrigações tributárias	16	15.374	11.831	57.434	53.446
Dividendos a pagar	22.4	-	1.569	-	1.569
Adiantamentos de clientes	18	10.577	7.508	47.549	40.820
Passivo de arrendamento	14	30.403	29.328	107.778	100.379
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	169.438	-
Receita diferida	21	-	-	722	722
Outras contas a pagar		1.303	1.200	7.166	8.095
Total do passivo circulante		146.010	142.103	796.404	656.683
Não circulante					
Debêntures	13	-	-	645.867	831.242
Obrigações trabalhistas	15	10.963	8.494	10.963	8.494
Obrigações tributárias	16	-	-	115.874	129.800
Tributos diferidos	25	55	93	15.693	16.484
Provisão para demandas judiciais	19	7.989	9.670	60.922	67.487
Passivo de arrendamento	14	379.327	369.285	1.218.105	1.206.276
Obrigações por aquisição de participações societárias	20	-	-	251.953	372.756
Receita diferida	21	-	-	8.785	9.508
Outras contas a pagar		1.220	1.949	4.760	3.498
Total do passivo não circulante		399.554	389.491	2.332.922	2.645.545
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576
Ações em tesouraria	22	-	(23.133)	-	(23.133)
Reserva de capital	22	102.993	161.978	102.993	161.978
Reservas de lucros	22	79.914	62.973	79.914	62.973
Total do patrimônio líquido		1.386.483	1.405.394	1.386.483	1.405.394
Total do passivo e patrimônio líquido		1.932.047	1.936.988	4.515.809	4.707.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	26	583.269	482.137	2.297.787	2.028.320
Custo dos serviços prestados	27	(334.581)	(279.374)	(1.198.011)	(1.080.179)
Lucro bruto		248.688	202.763	1.099.776	948.141
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	27	(347.262)	(304.376)	(719.755)	(663.252)
Resultado de equivalência patrimonial	9	220.429	94.554	-	-
Outras receitas, líquidas	27	6.475	2.935	32.118	26.757
Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras		128.330	(4.124)	412.139	311.646
Receitas financeiras	28.1	33.328	72.056	103.862	127.976
Despesas financeiras	28.2	(61.195)	(61.367)	(411.645)	(431.582)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		100.463	6.565	104.356	8.040
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	(46)	-	(4.872)	(5.801)
Diferido	25	38	41	971	4.367
Lucro líquido do exercício		100.455	6.606	100.455	6.606
Média ponderada das ações no exercício	23	365.978.906	381.102.498		
Lucro básico e diluído por ações em reais	23	0,2745	0,0173		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606	100.455	6.606
Total do resultado abrangente do exercício	100.455	6.606	100.455	6.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Reserva de capital		Reservas de lucros		Total
				Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.203.576	-	161.978	161.978	59.105	29.129	88.234	-
22	-	-	-	-	-	-	-	6.606
22	-	(23.133)	-	-	-	-	-	(23.133)
22.4	-	-	-	-	(30.298)	-	(30.298)	(30.298)
22	-	-	-	-	-	330	330	-
22.4	-	-	-	-	4.707	-	(1.569)	(1.569)
22	-	-	-	-	-	4.707	(4.707)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.203.576	(23.133)	161.978	161.978	33.514	29.459	62.973	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.203.576	-	102.993	102.993	45.432	34.482	79.914	-
22	-	(35.852)	-	-	-	-	-	100.455
22	-	58.985	(58.985)	(58.985)	-	-	-	(35.852)
22.4	-	-	-	-	(23.514)	-	(23.514)	(23.514)
22	-	-	-	-	-	5.023	5.023	(5.023)
22.4	-	-	-	-	-	-	(23.858)	(23.858)
22.4	-	-	-	-	-	-	(36.142)	(36.142)
22	-	-	-	-	35.432	-	(35.432)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.463	6.565	104.356	8.040
Resultado de equivalência patrimonial	9 (220.429)	(94.554)	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11 34.949	26.138	137.219	118.413
Depreciação do direito de uso	14 38.334	36.950	127.181	120.359
Amortização do custo de captação	13 -	-	676	671
Encargos financeiros sobre financiamentos	12 -	-	85	1.507
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	20 -	-	48.635	45.694
Juros de debêntures	13 -	-	132.199	146.000
Juros sobre passivo de arrendamento	14 40.789	40.831	127.614	125.621
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6 76	791	(543)	8.820
Provisão para demanda judicial	19 1.731	3.875	3.245	8.307
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6 45.916	46.626	131.439	135.354
Baixa de imobilizado	10 495	216	965	2.792
Receita diferida sobre venda de imóvel	21 -	-	(723)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	14 -	-	(324)	(651)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	42.324	67.438	812.024	720.205
Decréscimo em ativos				
Contas a receber	(64.137)	(54.876)	(176.922)	(169.473)
Depósitos judiciais	(3.402)	(3.685)	(631)	(5.565)
Tributos a recuperar	(6.459)	(15.281)	(7.419)	(15.391)
Outros créditos	(9.047)	(41.940)	(32.136)	(24.928)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(4.565)	10.038	(10.835)	7.551
Obrigações trabalhistas	(217)	(11.428)	(13.742)	6.504
Obrigações tributárias	3.497	4.310	(11.125)	(1.780)
Obrigações com partes relacionadas	19	194	218	429
Adiantamentos de clientes	3.069	634	6.729	1.578
Outras contas a pagar	(626)	356	333	1.564
	(39.544)	(44.240)	566.494	520.694
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.685)	(7.010)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(39.544)	(44.240)	562.809	513.684
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	9 71.897	37.920	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	20 -	-	-	(68.340)
Adiantamento para futuro aumento de capital	17 (225.835)	(77.600)	-	-
Aquisição de imobilizado	10 (37.091)	(35.360)	(121.659)	(88.841)
Aquisição de intangível	11 (28.945)	(21.118)	(81.239)	(56.048)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(219.974)	(96.158)	(202.898)	(213.229)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	22 (85.083)	(50.000)	(85.083)	(50.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12 -	-	(3.855)	(16.620)
Custo de repêrfilamento de debêntures	13 -	-	(937)	-
Pagamento de debêntures	13 -	-	(351.387)	(241.051)
Pagamento de arrendamento	14 (65.587)	(62.358)	(212.625)	(201.893)
Ações em tesouraria	22 (35.852)	(23.133)	(35.852)	(23.133)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(186.522)	(135.491)	(689.739)	(532.697)
Decréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(446.040)	(275.889)	(329.828)	(232.242)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	447.400	723.289	852.743	1.084.985
No fim do exercício	1.360	447.400	522.915	852.743
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(446.040)	(275.889)	(329.828)	(232.242)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	2.179.458	1.611.150	6.903.303	5.444.659
Receitas de serviços	2.221.282	1.656.889	7.013.272	5.563.331
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(45.916)	(46.626)	(131.439)	(135.354)
Resultados não operacionais	4.089	883	21.428	16.631
Outras receitas	3	4	42	51
Insumos adquiridos de terceiros	(285.953)	(227.629)	(613.169)	(516.259)
Materiais consumidos	(2.129)	(1.590)	(6.731)	(6.440)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(256.042)	(179.025)	(546.646)	(419.840)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(27.287)	(46.798)	(58.827)	(87.181)
Perda na realização de ativos	(495)	(216)	(965)	(2.798)
Retenções	(73.283)	(63.089)	(264.400)	(238.772)
Depreciação e amortização e depreciação do direito de uso	(73.283)	(63.089)	(264.400)	(238.772)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.820.222	1.320.432	6.025.734	4.689.628
Valor adicionado recebido em transferência	255.450	167.823	112.054	135.565
Receitas financeiras	33.328	72.056	103.862	127.976
Aluguéis	1.693	1.213	8.192	7.589
Resultado de equivalência patrimonial	220.429	94.554	-	-
Valor adicionado a distribuir	2.075.672	1.488.255	6.137.788	4.825.193
Distribuição do valor adicionado	2.075.672	1.488.255	6.137.788	4.825.193
Empregados	222.547	201.120	738.117	702.498
Remuneração direta e encargos	194.214	175.267	649.858	621.818
Benefícios	16.705	13.761	45.910	36.231
FGTS	11.628	12.092	42.349	44.449
Impostos, taxas e contribuições	76.038	63.082	251.383	222.163
Federais	44.749	39.796	157.636	143.984
Estaduais	136	103	166	126
Municipais	31.153	23.183	93.581	78.053
Remuneração de capitais de terceiros	61.461	61.520	413.898	433.431
Despesas financeiras	61.195	61.367	411.645	431.582
Aluguéis	266	153	2.253	1.849
Bolsa de estudo	1.615.171	1.155.927	4.633.935	3.460.495
Bolsa de estudos e descontos	1.615.171	1.155.927	4.633.935	3.460.495
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606	100.455	6.606
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606	100.455	6.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

1.	Contexto operacional	32
2.	Políticas contábeis	33
3.	Avaliação das informações por segmento	51
4.	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	52
5.	Caixa e equivalentes de caixa	55
6.	Contas a receber	55
7.	Tributos a recuperar	56
8.	Outros créditos	57
9.	Investimentos	57
10.	Imobilizado	59
11.	Intangível	61
12.	Empréstimos e financiamentos	64
13.	Debêntures	65
14.	Arrendamentos	66
15.	Obrigações trabalhistas	70
16.	Obrigações tributárias	70
17.	Partes relacionadas	71
18.	Adiantamentos de clientes	74
19.	Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais	74
20.	Obrigações por aquisições de participações societárias	80
21.	Receita diferida	81
22.	Patrimônio líquido	81
23.	Resultado por ação	83
24.	Instrumentos financeiros e gestão de riscos	84
25.	Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	89
26.	Receita líquida	92
27.	Custos e despesas por natureza	92
28.	Resultado financeiro	93
29.	Transações que não afetam o caixa	93
30.	Seguros	94
31.	Eventos subsequentes	94

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3, onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação básica, educação profissional de nível médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezesseis instituições de ensino superior, sendo universidades, centros universitários e faculdades, cinco colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Sociedade Educacional Santa Rita – RS;
- Cesuca – Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha – RS;
- Sociedade Educacional São Bento – RS;
- Sociedade Educacional Santa Tereza – RS;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP;
- Colégio Salto, Salto – SP;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Grupo Veritas – RS;
- Grupo Unipê – PB;
- Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes – SP;
- Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba – PR; e
- Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina – PR.

1.1. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS.

Foi também criado um imposto seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição, de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi cedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta		
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Unicid" ou "SECID")	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran" ou "ACEF")	99,99%	99,99%
Participação indireta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme a Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota 19.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao PROUNI e o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394, de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos líquidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e da COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS, e, de acordo com cada município, as alíquotas são de 2% a 5%.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- ativos financeiros ao custo amortizado;
- ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável, não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois, de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além de o risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6.

2.8. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais – EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 11.3.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos descritos a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2023, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2023.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.12. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso, que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de remuneração baseado em ações

Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (liquidáveis em dinheiro).

Os valores relativos à remuneração baseada em ações, liquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo desse passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários.

2.15. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes.

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.17. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que, nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e, à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

- quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos;
- quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial;
- quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

2.19. Receitas financeiras e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está inclusa na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC") e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas contábeis IFRS.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A seguinte alteração de norma aplicável à Companhia foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

De acordo com o IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 - *Classification of Liabilities as Current or Non-Current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses caso, na data do balanço, não tivesse cumprido índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida, para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* que a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco de o passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Dessa forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Essa alteração não tem impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
- se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	14	14	26	26
Banco conta movimento	1.346	2.998	11.584	43.434
Equivalentes de caixa	-	444.388	511.305	809.283
Total	1.360	447.400	522.915	852.743

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 100% a 103% do CDI (101% a 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2022), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mensalidades (i)	145.528	114.785	431.751	360.758
Crédito universitário (ii)	2.166	2.653	50.211	62.392
Acordos em andamento (iii)	17.354	11.802	86.827	62.882
Cartões a receber (iv)	19.029	12.960	70.507	54.448
Outras contas a receber (iv)	652	265	1.278	1.195
Subtotal	184.729	142.465	640.574	541.675
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)	(109.773)	(85.730)	(344.323)	(290.907)
Ajuste a valor presente	(1.551)	(1.475)	(12.837)	(13.380)
Total	73.405	55.260	283.414	237.388
Circulante	70.753	52.692	261.128	215.995
Não circulante	2.652	2.568	22.286	21.393

- (i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. O saldo de outras contas a receber é composto por valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados.

(v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2021	70.163	278.375
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	46.626	135.354
Baixa contra contas a receber (i)	(31.059)	(122.822)
Saldos em 31/12/2022	85.730	290.907
Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	45.916	131.439
Baixa contra contas a receber (i)	(21.873)	(78.023)
Saldos em 31/12/2023	109.773	344.323

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos, o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam, e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%	31/12/2022	%
A vencer	33.427	17%	24.214	17%	185.122	29%	164.801	30%
Crédito universitário	2.166	1%	2.653	2%	50.211	8%	62.392	12%
Mensalidades a receber	28	0%	1	0%	34	0%	397	0%
Acordos em andamento	11.552	6%	8.335	6%	63.092	10%	46.370	9%
Cartões a receber	19.029	10%	12.960	9%	70.507	11%	54.447	9%
Outras contas a receber	652	0%	265	0%	1.278	0%	1.195	0%
Vencidos	151.302	83%	118.251	83%	455.452	71%	376.874	70%
Até 180 dias	59.473	33%	46.347	33%	191.821	30%	155.944	29%
Acima de 180 dias	91.829	50%	71.904	50%	263.631	41%	220.930	41%
Total	184.729	100%	142.465	100%	640.574	100%	541.675	100%

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira	24.227	12.443	35.870	20.377
IRRF sobre folha de pagamento	1	4.767	49	4.786
INSS a recuperar	-	558	15	3.703
Demais impostos a recuperar	1	2	433	82
Total	24.229	17.770	36.367	28.948
Circulante	24.229	17.770	36.367	28.948

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	-	-	82.714	67.102
Adiantamentos a fornecedores	12.232	4.541	27.769	7.977
Adiantamentos a funcionários	225	848	3.083	8.707
Dividendos a receber (ii)	64.640	65.197	-	-
Outros	3.029	1.050	7.970	3.179
Total	80.126	71.636	121.536	86.965
Circulante	77.295	70.598	41.463	23.508
Não circulante	2.831	1.038	80.073	63.457

- (i) Conforme o contrato de compra e venda de Santa Rita, Cesuca, Unipê, Braz Cubas e Positivo, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 19.4.
- (ii) Dividendos a receber das controladas SECID, ACEF e UDF.

9. Investimentos

9.1. Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	31.927	98.390	255.762	231.867	55	618.001
Equivalência patrimonial	(5.158)	25.221	34.838	40.614	-	95.515
Amortização de mais valia (i)	-	-	(512)	(449)	-	(961)
Equivalência patrimonial total	(5.158)	25.221	34.326	40.165	-	94.554
Aumento de capital (Nota 17)	1.410	36.270	1.000	93.750	-	132.430
Distribuição de lucros	-	(20.000)	(8.274)	(9.646)	-	(37.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.179	139.881	282.814	356.136	55	807.065
Equivalência patrimonial	(5.246)	32.450	95.615	98.570	-	221.389
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(5.246)	32.450	95.104	98.121	-	220.429
Aumento de capital (Nota 17)	4.300	-	57.600	15.700	-	77.600
Distribuição de lucros	-	(25.221)	(22.709)	(23.410)	-	(71.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.233	147.110	412.809	446.547	55	1.033.754
Saldo patrimonial das controladas	18.207	103.859	262.908	328.870	-	713.844
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924	-	287.000
Mais valia	-	-	23.112	9.753	-	32.865
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.233	147.110	412.809	446.547	55	1.033.754

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2023			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	5.352	65.408	479.089	203.026
Ativo não circulante	42.180	138.619	1.666.249	988.155
Total do ativo	47.532	204.027	2.145.338	1.191.181
Passivo circulante	6.926	43.092	517.286	147.728
Passivo não circulante	22.399	57.076	1.365.144	714.583
Patrimônio líquido	18.207	103.859	262.908	328.870
Total do passivo e patrimônio líquido	47.532	204.027	2.145.338	1.191.181
Receita líquida	23.956	146.594	980.297	563.670
Custo dos serviços prestados	(19.531)	(80.559)	(484.426)	(278.913)
Despesas operacionais, líquidas	(6.360)	(25.354)	(216.100)	(98.078)
Despesas financeiras, líquidas	(2.271)	(10.998)	(179.877)	(86.769)
Imposto de renda e contribuição social	(1.040)	2.767	(4.279)	(1.340)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.246)	32.450	95.615	98.570

	31 de dezembro de 2022			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	5.977	58.242	352.685	181.030
Ativo não circulante	36.165	133.449	1.658.257	973.819
Total do ativo	42.142	191.691	2.010.942	1.154.849
Passivo circulante	6.515	45.427	322.840	204.992
Passivo não circulante	16.474	49.634	1.555.702	711.848
Patrimônio líquido	19.153	96.630	132.400	238.009
Total do passivo e patrimônio líquido	42.142	191.691	2.010.942	1.154.849
Receita líquida	23.395	134.124	872.889	515.775
Custo dos serviços prestados	(18.292)	(70.429)	(443.758)	(268.324)
Despesas operacionais, líquidas	(7.818)	(25.971)	(190.668)	(109.637)
Despesas financeiras, líquidas	(2.943)	(12.367)	(202.231)	(96.754)
Imposto de renda e contribuição social	500	(136)	(1.394)	(446)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.158)	25.221	34.838	40.614

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2023
Gusto									
Acervo bibliográfico	11.677	76	-	1.665	13.418	275	-	-	13.693
Equipamentos de informática	29.565	1.340	-	160	31.065	826	(33)	-	31.858
Máquinas e equipamentos (ii)	32.849	5.607	(5)	858	39.309	12.598	(20)	58	51.945
Móveis e utensílios	23.768	3.070	(1)	(2.702)	24.135	3.442	-	-	27.577
Instalações	2.439	130	-	(2)	2.567	439	-	(2)	3.004
Benfeitorias em propriedades de terceiros	35.904	4.898	-	5.890	46.692	5.498	-	31.743	83.933
Imobilizações em andamento (i)	4.211	19.536	-	(5.890)	17.857	14.427	-	(31.799)	485
Outras imobilizações	5.641	1.796	(521)	-	6.916	1.091	(1.196)	-	6.811
	146.054	36.453	(527)	(21)	181.959	38.596	(1.249)	-	219.306
Depreciação									
Acervo bibliográfico	(9.511)	(433)	-	(434)	(10.378)	(527)	-	-	(10.905)
Equipamentos de informática	(17.329)	(3.347)	-	(2.644)	(23.320)	(3.256)	31	-	(26.545)
Máquinas e equipamentos	(23.179)	(1.448)	5	2.166	(22.456)	(2.414)	19	-	(24.851)
Móveis e utensílios	(13.702)	(1.182)	1	349	(14.534)	(1.526)	-	-	(16.060)
Instalações	(3.311)	(41)	-	922	(2.430)	(43)	-	-	(2,473)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(6.345)	(4.515)	-	(2.311)	(13.171)	(7.634)	-	-	(20.805)
Imobilizações em andamento	(1.977)	-	-	1.977	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	(2.137)	(753)	305	(4)	(2.589)	(963)	704	-	(2.848)
	(77.491)	(11.719)	311	21	(88.878)	(16.363)	754	-	(104,487)
	68.563	24.734	(216)	-	93.081	22.233	(495)	-	114.819

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2023
Custo											
Terrenos	80.390	-	-	-	-	80.390	-	-	-	-	80.390
Prédios	104.058	-	-	-	-	104.058	-	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	75.685	173	-	1.665	11	77.534	674	-	-	-	78.208
Equipamentos de informática	127.925	8.690	(13.228)	160	(4)	123.543	6.459	(198)	-	-	129.844
Máquinas e equipamentos (ii)	152.437	15.812	(10.469)	1.008	(1)	158.787	40.498	(531)	299	40	199.072
Móveis e utensílios	112.349	6.689	(12.700)	(2.699)	(6)	103.633	9.351	(228)	-	(2)	112.754
Instalações	28.558	339	-	(2)	(4)	28.891	475	-	(2)	-	29.364
Benefeitorias em propriedades de terceiros	182.899	10.556	-	11.645	(200)	204.900	19.213	(1)	124.385	-	348.497
Imobilizações em andamento (i)	47.029	47.013	-	(11.798)	60	82.304	50.980	-	(124.682)	-	8.602
Outras imobilizações	14.389	1.796	(1.723)	-	(3)	14.459	1.093	(1.235)	-	-	14.317
	925.719	91.068	(38.120)	(21)	(147)	978.499	128.743	(2.193)	-	57	1.105.106
Depreciação											
Prédios	(17.073)	(3.431)	-	-	2	(20.502)	(3.434)	-	-	-	(23.936)
Acervo bibliográfico	(63.558)	(3.474)	-	(1)	1	(67.032)	(3.048)	-	-	-	(70.080)
Equipamentos de informática	(100.450)	(9.378)	12.934	21	8	(96.865)	(9.631)	189	-	-	(106.307)
Máquinas e equipamentos	(97.511)	(10.083)	8.761	2	530	(98.301)	(11.592)	107	-	70	(109.716)
Móveis e utensílios	(78.739)	(6.195)	12.117	4	1	(72.812)	(6.749)	200	-	-	(79.361)
Instalações	(25.485)	(682)	-	-	3	(26.164)	(650)	-	-	-	(26.814)
Benefeitorias em propriedades de terceiros	(49.010)	(19.801)	-	(4)	(454)	(69.269)	(27.367)	-	-	-	(96.636)
Outras imobilizações	(7.957)	(1.384)	1.516	(1)	56	(7.770)	(1.851)	732	-	(70)	(8.959)
	(439.783)	(54.428)	35.328	21	147	(458.715)	(64.322)	1.228	-	-	(521.809)
	485.936	36.640	(2.792)	-	-	519.784	64.421	(965)	-	57	583.297

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benefeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

11.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Saldos em 31/12/2023
Custo						
Produção de materiais - EaD	16.434	1.823	18.257	4.504	-	22.761
Softwares (i)	34.099	15.915	50.014	11.855	13.602	75.471
Softwares em andamento (i)	5.907	4.752	10.659	12.587	(13.602)	9.644
Total do custo	56.440	22.490	78.930	28.946	-	107.876
Amortizações						
Produção de materiais - EaD	(15.463)	(363)	(15.826)	(937)	-	(16.763)
Softwares	(24.692)	(14.056)	(38.748)	(17.649)	-	(56.397)
Total da amortização	(40.155)	(14.419)	(54.574)	(18.586)	-	(73.160)
Total	16.285	8.071	24.356	10.360	-	34.716

(i) Substancialmente, projeto de revitalização do *backoffice* financeiro.

11.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Transf.	Saldos em 31/12/2023
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos	1.111.115	-	1.111.115	-	-	-	1.111.115
Mais valia - Marcas	194.124	3	194.127	-	-	-	194.127
Mais valia - Carteira de clientes	116.543	-	116.543	-	-	-	116.543
Mais valia - Licenças MEC	252.054	-	252.054	-	-	-	252.054
Mais valia - Polos de ensino	93.333	-	93.333	-	-	-	93.333
Mais valia - Relacionamento com clientes	10.844	-	10.844	-	-	-	10.844
Mais valia - Cláusula de não concorrência	24.177	-	24.177	-	-	-	24.177
Marcas	761	-	761	1	-	-	762
Produção de materiais - EaD	40.813	2.844	43.657	6.127	-	-	49.784
Softwares (i)	92.269	36.583	128.852	15.111	-	45.990	189.953
Softwares em andamento (i)	17.389	19.751	37.140	60.008	(57)	(45.990)	51.101
Total do custo	1.953.422	59.181	2.012.603	81.247	(57)	-	2.093.793
Amortização							
Mais valia - Marcas	(23.601)	(6.855)	(30.456)	(6.856)	-	-	(37.312)
Mais valia - Carteira de clientes	(78.995)	(15.524)	(94.519)	(10.301)	-	-	(104.820)
Mais valia - Polos de ensino	(16.421)	(6.696)	(23.117)	(6.695)	-	-	(29.812)
Mais valia - Relacionamento com clientes	(10.622)	(103)	(10.725)	(104)	-	-	(10.829)
Mais valia - Cláusula de não concorrência	(15.389)	(2.966)	(18.355)	(2.841)	-	-	(21.196)
Marcas	(26)	-	(26)	-	-	-	(26)
Produção de materiais - EaD	(39.685)	(362)	(40.047)	(1.226)	-	-	(41.273)
Softwares	(62.613)	(31.479)	(94.092)	(44.874)	-	-	(138.966)
Total da amortização	(247.352)	(63.985)	(311.337)	(72.897)	-	-	(384.234)
Total	1.706.070	(4.804)	1.701.266	8.350	(57)	-	1.709.559

(i) Substancialmente, projeto de revitalização do *backoffice* financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos, líquidos de amortização, dos intangíveis identificados por unidades geradoras de caixa estavam representados da forma a seguir.

	Ágio	Marcas	Carteira de clientes	Licenças MEC	Polos de ensino	Relac. com clientes	Cláusula de não concorrência
Módulo	9.026	-	-	-	-	-	-
UDF	43.251	-	-	-	-	-	-
Unicid	126.789	7.172	-	15.940	-	-	-
Unifran	107.924	6.732	-	3.021	-	-	-
FASS	7.728	-	-	-	-	-	-
Colégio São Sebastião	3.026	-	-	-	-	15	-
CEUNSP	63.219	6.978	-	-	-	-	-
Veritas	102.609	22.302	-	112.564	-	-	-
Unipê	201.922	30.947	-	37.637	-	-	-
Braz Cubas	216.503	21.448	5.399	-	8.442	-	595
Positivo	218.535	61.236	6.324	82.892	55.079	-	2.386
Cesa	10.583	-	-	-	-	-	-
	1.111.115	156.815	11.723	252.054	63.521	15	2.981

Os ativos classificados como softwares correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de softwares sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de softwares com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações

Em 31 de outubro de 2023, a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como unidade geradora de caixa (*business unit*) a gestão acadêmica,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

comercial e administrativa das unidades de cada entidade existente, conforme disposto no item 6 do CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme demonstrado a seguir.

Entidades	UGCs em 31/12/2023	UGCs em 31/12/2022
Unifran	Unifran	Unifran
Unicid	Unicid	Unicid
UDF	UDF	UDF
CEUNSP	CEUNSP	CEUNSP
Veritas	Sul	Sul
Módulo	Litoral Norte	Litoral Norte
FASS	Litoral Norte	Litoral Norte
Colégio São Sebastião	Litoral Norte	Litoral Norte
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir.

Premissas	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto (i)	13,01%	12,50%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	4,5%	5,0%
Crescimento da receita (v)	7,2%	7,4%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

- (i) A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos dessas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia, que corresponde à taxa nominal.
- (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.
- (iii) Crescimento na captação de alunos na EaD e no Presencial em 2% entre 2024 e 2028.
- (iv) Taxa de perpetuidade de 4,5% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dadas sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.
- (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

praças.

(vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido à escalabilidade do negócio.

Análise de sensibilidade das premissas

Considerando o cenário em que ocorra redução na taxa de crescimento de alunos e perpetuidade e aumento na taxa de desconto (principais premissas) em 10%, não foi identificada nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Contratos de arrendamento (CCB) Cédula de Crédito Bancário	(i) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	-	11
	(ii) Variação CDI + taxa fixa de 1,60% a.a.	-	3.759
		-	3.770
Circulante		-	3.770

(i) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento.

(ii) A controlada UDF celebrou, no dia 24 de março de 2020, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$30.000. A operação possuía vencimento de 36 meses a partir da data de emissão, sendo liquidada até o vencimento em 25 de fevereiro de 2023. O valor principal foi amortizado em 8 parcelas trimestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, pagas todo dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, a partir de 25 de maio de 2021.

12.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.770	18.883
Apropriação de juros	85	1.507
Pagamento de juros	(97)	(1.562)
Pagamento de principal	(3.758)	(15.058)
Saldo final	-	3.770

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

13.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,60 a.a.	140.230	189.978
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	180.119	258.318
Debêntures - ACEF	Taxa CDI + 1,35 a.a.	114.109	141.339
Debêntures - SECID	Taxa CDI + 1,40 a.a.	409.489	473.761
		843.947	1.063.396
	Circulante	198.080	232.154
	Não circulante	645.867	831.242

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/12/2028 (v)	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
SECID	1ª	Única	10/09/2018	10/09/2025	330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(ii)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
SECID	2ª	Única	02/03/2020	02/03/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(iv)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e Cesuca decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e Cesuca; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (iv) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (b) alienação fiduciária de 100% das quotas da Cesa; (c) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (d) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Cesa; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (v) No dia 21 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do reperfilamento de dívida (renegociação para alongamento de prazo). O reperfilamento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia.

13.2. Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a 2ª e 3ª emissão da ACEF, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2).

Para a 1ª e 2ª emissões da SECID, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2) e das obrigações por aquisição de participações societárias.

Na data de medição de 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

13.3. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.063.396	1.157.776
Custo de reperfilamento (i)	(937)	-
Pagamento de juros	(140.332)	(139.558)
Pagamento de principal	(211.055)	(101.493)
Apropriação dos juros	132.199	146.000
Amortização do custo	676	671
Saldo final	843.947	1.063.396

(i) Custo de reperfilamento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida).

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	2ª emissão ACEF	1ª emissão SECID	3ª emissão ACEF	2ª emissão SECID	Consolidado
2024	3.550	81.119	26.922	86.489	198.080
2025	34.170	99.000	27.125	84.000	244.295
2026	34.170	-	60.062	84.000	178.232
2027	34.170	-	-	155.000	189.170
2028	34.170	-	-	-	34.170
	140.230	180.119	114.109	409.489	843.947

14. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos contratuais	Taxa
3 anos	10,04%
6 anos	10,62%
9 anos	10,67%
Mais de 10 anos	10,38%

14.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(347)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132
Depreciação no exercício	(38.334)	(127.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737
Direito de uso	482.441	1.587.324
(-) Depreciação acumulada	(148.291)	(457.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	336.749	1.092.179
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(3.663)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	34.242	148.088
Depreciação no exercício	(36.950)	(120.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355
Direito de uso	449.928	1.514.471
(-) Depreciação acumulada	(113.359)	(362.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	336.569	1.152.355

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

14.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	398.613	1.306.655
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	23.671	69.778
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(671)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	12.244	35.132
Contraprestação paga	(65.587)	(212.625)
Apropriação de encargos financeiros	40.789	127.614
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.730	1.325.883
Circulante	30.403	107.778
Não circulante	379.327	1.218.105

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	383.370	1.203.043
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	2.528	36.110
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(4.314)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	34.242	148.088
Contraprestação paga	(62.358)	(201.893)
Apropriação de encargos financeiros	40.831	125.621
Saldo em 31 de dezembro de 2022	398.613	1.306.655
Circulante	29.328	100.379
Não circulante	369.285	1.206.276

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas registraram, segundo o regime de competência, diretamente no resultado o montante de R\$2.722 (R\$1.919 em 31 de dezembro de 2022) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem três contratos de arrendamento que contêm termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Alguns dos membros indiretos do atual grupo de controle da Companhia detêm o controle das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., que são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 31 de dezembro de 2023 R\$147.893 (R\$143.340 em 31 de dezembro de 2022) de direito de uso e R\$170.248 (R\$159.270 em 31 de dezembro de 2022) de passivo de arrendamento.

14.3. Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2023
Até um ano	230.596	(122.818)	107.778
Um ano até cinco anos	992.012	(446.985)	545.027
Cinco anos até dez anos	612.989	(210.943)	402.046
Dez anos até quinze anos	320.363	(61.511)	258.852
Acima de quinze anos	12.497	(317)	12.180
	2.168.457	(842.574)	1.325.883

14.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais impactos alcançam os valores de R\$127.181 (R\$120.359 em 31 de dezembro de 2022) e R\$127.614 (R\$125.621 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

14.5. Ofício circular CVM nº 02/2019

Em atendimento ao aludido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

	31/12/2023					2040 em diante
	2023	2024	De 2025 até 2029	De 2030 até 2034	De 2035 até 2039	
Passivo de arrendamento						
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.325.883	1.218.523	673.500	271.032	12.181	-
Fluxo com projeção de inflação	1.325.883	1.305.945	903.589	463.294	26.399	-
Variação		7,17%	34,16%	70,94%	116,72%	0,00%
Direito de uso líquido						
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.129.737	1.003.861	462.516	159.587	5.758	-
Fluxo com projeção de inflação	1.129.737	1.088.332	664.400	314.305	16.096	-
Variação		8,41%	43,65%	96,95%	179,54%	0,00%
Despesa financeira						
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		122.744	446.985	210.943	61.512	317
Fluxo com projeção de inflação		130.358	535.263	318.451	116.687	723
Variação		6,20%	19,75%	50,97%	89,70%	128,08%
Direito de depreciação						
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)		126.163	541.344	302.930	153.829	5.758
Fluxo com projeção de inflação		134.270	670.334	509.328	362.403	17.149
Variação		6,43%	23,83%	68,13%	135,59%	197,83%

14.6. Outros compromissos

Em determinados contratos de locação, há discussões em curso, no Judiciário, referentes à majoração de IPTU em períodos passados. Caso venham a ser julgados de forma desfavorável ao proprietário do imóvel, por força da obrigação contratual da locação, a controlada arcará com a eventual condenação, atualmente estimada pelos consultores jurídicos com perda possível de R\$11.223.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	29.890	33.847	59.966	65.406
Provisão para férias e encargos	14.000	12.067	40.943	51.282
INSS a recolher	4.708	4.027	16.662	15.881
FGTS a recolher	1.552	1.309	5.349	5.442
Outras obrigações	756	198	1.757	733
Provisão para benefícios dos administradores (Notas 17.3 e 17.4)	13.487	13.162	13.487	13.162
Total	64.393	64.610	138.164	151.906
Circulante	53.430	56.116	127.201	143.412
Não circulante	10.963	8.494	10.963	8.494

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recolher	5.038	4.365	17.903	15.512
PIS e COFINS a recolher	7.830	5.500	11.458	8.741
ISS a recolher	1.509	1.190	5.888	5.031
Impostos retidos	997	776	3.043	6.653
IRPJ e CSLL	-	-	51	891
Parcelamentos	-	-	134.965	146.418
Total	15.374	11.831	173.308	183.246
Circulante	15.374	11.831	57.434	53.446
Não circulante	-	-	115.874	129.800

16.1. Parcelamentos**16.1.1. Composição**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de parcelamentos são representados por:

Composição	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
PROIES (i)	Taxa de juros Selic	117.187	120.624
REFIS (ii)	Taxa de juros Selic	13.587	20.317
PERT (iii)	Taxa de juros Selic	3.980	4.291
PPD ISS (iv)	Unidade Financeira Municipal (UFM)	-	399
Simplificado RFB (v)	Taxa de juros Selic	-	550
FGTS (vi)	Taxa de juros remuneratórios	211	237
Total		134.965	146.418

- (i) PROIES – Demais débitos e previdenciários: refere-se ao parcelamento proveniente da controlada Braz Cubas – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688/2012. Esse programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. A dívida foi negociada em novembro de 2017 em 180 parcelas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) REFIS: refere-se aos parcelamentos proveniente das controladas SECID, Braz Cubas e Unipê, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de débitos vencidos até 2008; da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2015, de débitos vencidos até 2013; e a reabertura em todos os períodos habilitados, de acordo com a Lei. nº 11.941.
- (iii) PERT: refere-se aos parcelamentos de todos os débitos vencidos até 2017, provenientes das controladas SECID e Unipê, através da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.
- (iv) PPD ISS: refere-se aos parcelamentos de débitos municipais de ISS vencidos até 2019, provenientes da controlada Braz Cubas, regidos pela Lei Complementar nº 74/2010 e pela Lei Complementar nº 136/2017.
- (v) Simplificado: refere-se aos parcelamentos de débitos da esfera federal, INSS, COFINS, IRRF e CSRF, provenientes da controlada Braz Cubas, regidos pela Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- (vi) FGTS: parcelamento definido pela Resolução CCFGTS nº 765, de 09 de dezembro de 2014, que permite parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente a dívida de 2005, em 180 parcelas.

16.1.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	146.418	153.288
Apropriação de juros	14.088	14.612
Pagamentos	(25.541)	(21.483)
Saldo final	134.965	146.417

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Período	Consolidado
1 ano	19.113
2 a 3 anos	35.401
Mais de 3 anos	80.451
	134.965

17. Partes relacionadas

17.1. Controladora

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Com controladas (i)						
Unicid	172.252	-	-	57.600	-	-
Unifran	45.130	-	-	15.700	-	-
Módulo	8.453	-	-	4.300	-	-
Outras partes relacionadas						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	-	706	(8.534)	-	693	(8.254)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	530	(6.423)	-	518	(6.216)
Motriz Participações Ltda. (ii)(iii)	-	98	(1.213)	-	104	(1.233)
Outros (iv)	1.186	-	2.235	-	-	-
	227.021	1.334	(13.935)	77.600	1.315	(15.703)
Partes relacionadas e outros	1.186	1.334	-	-	1.315	-
Adto. para futuro aumento de capital	225.835	-	-	77.600	-	-
	227.021	1.334		77.600	1.315	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2. Consolidado

	31/12/2023			31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas					
Motriz Participações Ltda. (ii)(iii)	-	1.558	(18.719)	1.384	(16.279)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (ii)	-	1.078	(12.997)	1.046	(12.486)
FP Incorporadora Ltda. (ii)	-	530	(6.423)	518	(6.216)
Outros (iv)	1.186	-	2.235	-	-
	1.186	3.166	(35.904)	2.948	(34.981)

- (i) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses, sendo os principais da Unicid e Unifran para pagamento das debêntures (parcelas da 1ª, 2ª e 3ª emissão) e contas a pagar por aquisições de participações societárias.
- (ii) Refere-se ao montante total das parcelas mensais de aluguel dos seguintes imóveis: campi São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, ginásio de esportes, clínica veterinária, UDF, Módulo e campus CEUNSP – Salto. Os contratos de aluguel celebrados entre as partes possuem prazo de vigência entre 3 e 15 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos possuem reajuste anual pelo índice IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), tomando como base a data de sua assinatura. A totalidade das obrigações com os respectivos arrendamentos estão demonstradas na Nota 14. Os impactos de resultado correspondem aos juros incorridos sobre passivos de arrendamentos firmados com as respectivas empresas, conforme descrito na Nota 14.2.
- (iii) A controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda.; o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 21.
- (iv) A controladora registrou créditos a receber de determinados acionistas.

17.3. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é de responsabilidade da Assembleia Geral fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros e diretores estatutários da Companhia foi de R\$9.144 (R\$6.811 em 31 de dezembro de 2022), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, a qual está dentro dos limites aprovados na Assembleia Geral juntamente com as contas anuais, em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia, em função da possibilidade da realização de determinados eventos de liquidez, celebrou acordo de bônus de retenção com alguns membros da Administração. Em 31 de dezembro de 2023, o valor da provisão é de R\$8.112, sendo R\$2.525 no curto prazo e R\$5.587 no longo prazo (R\$12.374 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$4.668 no curto prazo e R\$7.706 no longo prazo).

17.4. Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações – *Phantom Shares* e PPR Diferido, que estabelece os termos e as condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Cruzeiro do Sul tem o intuito de incentivar

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seus executivos a tomar decisões, adotar ações e liderar suas equipes para exceder as expectativas de ganhos de capital e retorno de investimentos dos acionistas. Consiste em dois programas distintos – *Phantom Shares* e PPR Diferido, sendo esse último vinculado à métrica de retorno das ações da Companhia.

Os programas de *Phantom Shares* e PPR Diferido envolvem o pagamento de um valor em caixa ao beneficiário, calculado com base em uma quantidade definida de *units*. As *units* são valores de referência baseados na cotação média da ação da Companhia. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia outorgou 3.430.020 *units* (1.020.195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, e 2.409.825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2023).

O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica “Obrigações trabalhistas”, e sua contrapartida no resultado, na rubrica “Salários e encargos sociais”, no montante de R\$5.375 (R\$788 em 31 de dezembro de 2022). O aumento é decorrente da valorização das ações e de nova outorga.

17.4.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Phantom Shares*

O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022.

Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrerá no ano de 2025 (1ª outorga) e de 2026 (2ª outorga).

17.4.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo – PPR Diferido

O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados.

As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos.

Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários.

Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas.

A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidos, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes.

Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no exercício de 31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022.

	Quantidade de Units
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-
Concedidas (1ª Outorga)	1.020.195
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.020.195
Canceladas	(394.685)
Concedidas (2ª Outorga)	2.409.825
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.035.335

18. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de mensalidades (i)	10.577	7.508	41.847	34.891
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	-	-	5.702	5.929
Total	10.577	7.508	47.549	40.820
Circulante	10.577	7.508	47.549	40.820

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

(ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campi. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento.

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos de natureza cível, tributária e trabalhista em discussão nas esferas judiciais

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	3.338	3.578	11.851	11.912
Processos tributários	1.855	630	6.297	4.899
Processos trabalhistas	2.796	5.462	42.774	50.676
Total	7.989	9.670	60.922	67.487

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora			
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.249	672	3.926	7.847
Adições	2.073	-	1.122	3.195
Reversões	(364)	(121)	(510)	(995)
Pagamentos	(2.052)	-	-	(2.052)
Atualização monetária	672	79	924	1.675
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.578	630	5.462	9.670
Adições	844	1.083	1.180	3.107
Reversões	(903)	-	(1.445)	(2.348)
Pagamentos	(572)	-	(2.840)	(3.412)
Atualização monetária	391	142	439	972
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.338	1.855	2.796	7.989

	Consolidado			
	Cíveis (19.1)	Tributários (19.2)	Trabalhistas (19.3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.987	3.917	50.391	65.295
Adições	4.161	766	4.233	9.160
Reversões	(1.549)	(121)	(3.178)	(4.848)
Pagamentos	(3.817)	-	(2.169)	(5.986)
Atualização monetária	1.337	80	2.578	3.995
Processos ex-mantenedor	793	257	(1.179)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.912	4.899	50.676	67.487
Adições	4.782	1.083	11.850	17.715
Reversões / Transferências (i)	(1.886)	-	(15.582)	(17.468)
Pagamentos	(3.504)	-	(8.741)	(12.245)
Atualização monetária	666	206	2.126	2.998
Processos ex-mantenedor (i)	(119)	109	2.445	2.435
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.851	6.297	42.774	60.922

- (i) Principalmente transferência de R\$8.155 para processos de responsabilidade de ex-mantenedor. Adicionalmente, tivemos em 2023 reversões em processos trabalhistas de ex-mantenedor no valor de R\$8.556.

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

19.1. Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.851 em 31 de dezembro de 2023 (sendo R\$11.912 em 31 de dezembro de 2022).

As ações que possuem risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando prováveis perdas no montante de R\$4.767 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.532 em 31 de dezembro de 2022).

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública em 2007 contra a Cruzeiro do Sul, a Unid e diversas outras universidades do estado de São Paulo questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Atualmente, aguarda-se o início da fase de liquidação de sentença.

19.2. Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$6.297 em 31 de dezembro de 2023 (sendo R\$4.899 em 31 de dezembro de 2022).

Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das controladas Braz Cubas e Positivo pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.612 em 31 de dezembro de 2023. Dentro desse montante, destaca-se uma ação contra a Braz Cubas, com valor provisionado de R\$3.529, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas.

19.3. Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas, e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$42.608 em 31 de dezembro de 2023 (R\$50.676 em 31 de dezembro de 2022).

19.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	11.851	3.857	3.677
Processos tributários	6.297	3.612	3.612
Processos trabalhistas	42.774	26.050	23.222
Total	60.922	33.519	30.511

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco provável refere-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade desses ex-proprietários, nos termos do contrato de aquisição. Assim, na hipótese de os valores provisionados se converterem em perdas definitivas nesses processos que, no montante total consolidado, excedam o valor de R\$14.000 para perdas materializadas e R\$14.000 para perdas não materializadas, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento das demonstrações financeiras, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

19.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	6.223	6.254	32.834	32.707
Processos tributários	193.439	176.272	246.698	222.238
Processos trabalhistas	2.587	1.026	39.245	51.033
Total	202.249	183.552	318.777	305.978

19.5.1. Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$32.834 (R\$32.707 em 31 de dezembro de 2022).

Há ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$15.202 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.487 em 31 de dezembro de 2022).

19.5.2. Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$246.698 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.238 em 31 de dezembro de 2022).

Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir.

Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$159.131. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 foi apurada uma variação no importe de R\$31.457, correspondente à atualização monetária do período.

Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$13.008. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa.

Existem ainda autos de infração instaurados pela Receita Federal contra a Braz Cubas, nos quais se discutem supostas infrações às normas do ProUni. Foi apresentada impugnação, que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 1/2008 a 11/2008, com a conseqüente redução no valor exigido no Auto de Infração. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.924.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$39.245 em 31 de dezembro de 2023 (R\$51.033 em 31 de dezembro de 2022). As ações são movidas por ex-funcionários contra a Cruzeiro do Sul e suas controladas pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extras e seus reflexos.

19.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusivas desses ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas para restituição, bem como poderão ser compensadas, inclusive com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	32.834	2.375	2.358
Processos tributários	246.698	35.544	21.640
Processos trabalhistas	39.245	20.333	19.056
Total	318.777	58.252	43.054

19.6. Quantitativo de processos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	861	705	2.601	2.328
Processos tributários	29	29	130	135
Processos trabalhistas	92	83	499	615
Total	982	817	3.230	3.078

19.7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	455	94	2.851	310
Processos tributários	7.056	5.632	10.842	12.880
Processos trabalhistas	2.142	525	10.878	10.750
Total	9.653	6.251	24.571	23.940

Dentre os depósitos realizados durante o período compreendido, destacam-se aqueles de natureza trabalhista, que versam sobre depósitos recursais, os quais, em caso de eventual condenação, poderão ser abatidos do valor total da condenação nos processos judiciais ajuizados contra a

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora e suas controladas.

20. Obrigações por aquisições de participações societárias

20.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
ACEF(i)	Taxa CDI	23.745	21.004
SECID(ii)	Taxa CDI	397.646	351.752
		421.391	372.756
	Circulante	169.438	-
	Não circulante	251.953	372.756

20.2. Movimentação

	ACEF(i)	Santa Rita(i)	SECID(ii)	Positivo(ii)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2021	36.556	2.669	354.975	1.202	395.402
(+) Juros apropriados	2.825	1	42.750	118	45.694
(-) Pagamentos de principal	(15.000)	(2.000)	(40.000)	(1.000)	(58.000)
(-) Pagamentos de juros	(3.377)	(670)	(5.973)	(320)	(10.340)
(=) Saldo em 31/12/2022	21.004	-	351.752	-	372.756
(+) Juros apropriados	2.741	-	45.894	-	48.635
(=) Saldo em 31/12/2023	23.745	-	397.646	-	421.391
Circulante	-	-	169.438	-	169.438
Não circulante	23.745	-	228.208	-	251.953

(i) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da Braz Cubas (R\$17.500) e respectivos juros reajustados pelo CDI pela ACEF; e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores à aquisição de sua controladora Veritas pela ACEF.

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições da Unipê (R\$80.000) e da Positivo (R\$206.768) e respectivos juros reajustados pelo CDI pela SECID; e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Cesa através da combinação de negócios com acionistas anteriores à aquisição de sua controladora Positivo pela SECID.

Em 31 de dezembro de 2023, a parcela não circulante apresentava o cronograma de vencimento a seguir.

Ano	Consolidado
2024	169.438
2025	235.709
2026	16.244
Total	421.391

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2021	10.952
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2022	10.230
(-) Apropriação	(723)
(=) Saldo em 31/12/2023	9.507
Circulante	722
Não circulante	8.785

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta CEUNSP realizou transação de *sale and leaseback* do imóvel onde está situado o seu campus. A operação consistiu na venda e no aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500, com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, ocorreu o cancelamento de 17.279.688 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, nessa data, sem redução do valor do capital social.

Posição acionária

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é apresentada a seguir.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	34,76%
D2HFP – Fundo de Investimento em Participações	85.679.880	23,50%	85.679.880	22,44%
Gama 1 FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Redmond FIM	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,22%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,01%
Administração	-	0,00%	19.408	0,01%
Ações em tesouraria	-	0,00%	5.602.700	1,47%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	56.833.092	14,87%
	364.542.552	100,00%	381.822.240	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica “Reserva legal” o valor de R\$34.482 (R\$29.459 em 31 de dezembro de 2022).

22.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2023, do resultado do exercício foi destinado o valor de R\$35.432 à reserva de retenção de lucros (R\$4.707 em 31 dezembro de 2022). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica “Retenção de lucros” o valor de R\$45.432 (R\$33.514 em 31 de dezembro de 2022).

22.4. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

Em 28 de abril de 2023, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$25.083, sendo R\$6.276 (R\$1.569 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$4.707 de dividendos adicionais) referente ao exercício social encerrado de 2022 e R\$18.807 correspondente a parte da reserva de retenção de lucros do exercício social encerrado em 2021. O pagamento foi realizado no dia 27 de junho de 2023.

Em 09 de novembro de 2023, por meio da Reunião do Conselho da Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, a ser realizada até o dia 30 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$60.000 cujo pagamento foi realizado no dia 08 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606
Base para reserva legal	100.455	6.606
Apropriação para reserva legal (Art. 193 da Lei nº 6.404)	5.023	330
Base para dividendo mínimo obrigatório	95.432	6.276
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	23.858	1.569
Dividendos adicionais propostos	36.142	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	35.432	4.707
Quantidade de ações em 31 de dezembro	364.542.552	381.822.240
Dividendo por ação em circulação – Em reais	0,1646	0,0041

Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024.

22.5. Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 12 de agosto de 2022, a Companhia aprovou a abertura de um programa de recompra de ações (“Programa de Recompra”). Ele objetiva a manutenção de ações de emissão da Companhia em tesouraria, que podem posteriormente ser canceladas ou alienadas no âmbito de potenciais aquisições de empresas, em linha com o plano de expansão da Companhia já divulgado ao mercado, observada a regulamentação aplicável. Também visa otimizar a estrutura de capital da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor de mercado atual das ações não reflete os fundamentos do modelo de negócio. A Companhia poderia adquirir até 6% do seu capital social, representado por 22.909.334 (vinte e duas milhões, novecentas e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações.

No dia 23 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra aprovado em 12 de agosto de 2022, conforme fato relevante divulgado na mesma data. Por meio do Programa de Recompra, foram feitas as movimentações a seguir.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Saldo inicial	5.602.700	23.133	-	-
Recompra de ações em tesouraria (i)	11.676.988	35.852	5.602.700	23.133
Cancelamento de ações (ii)	(17.279.688)	(58.985)	-	-
Saldo final	-	-	5.602.700	23.133

(i) Recompras foram realizadas de janeiro a abril de 2023 (2022: recompras de agosto a dezembro).

(ii) Foram efetivados cancelamentos de ações mantidas em tesouraria, de emissão da Companhia, sem valor nominal, em 10 de fevereiro (aprovado em RCA no dia 18 de janeiro de 2023), 3 de abril (aprovado em RCA no dia 28 de março de 2023) e 24 de novembro (aprovado em RCA no dia 9 de novembro de 2023). Foram canceladas 7.775.520 (no montante de R\$31.373), 6.997.968 (no montante de R\$22.170) e 2.506.200 (no montante de R\$5.441) ações ordinárias, respectivamente.

23. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação – Básico	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	365.978.906	381.102.498
Lucro por ação em R\$	0,2745	0,0173

Lucro por ação – Diluído	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	100.455	6.606
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	365.978.906	381.102.498
Lucro por ação em R\$	0,2745	0,0173

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**24.1. Instrumentos financeiros**

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.

24.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

24.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5, e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures nas Notas 12 e 13, respectivamente.

24.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 31 de dezembro de 2023, se aproximam dos valores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável, foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas obtidas através do relatório FOCUS, do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a maioria dos nossos contratos.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2023:

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 11,65%)	1.360	1.360	1.320	1.281
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA) (i)	(IGPM (3,18%))	409.730	409.730	409.730	409.730

(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 11,65%)	522.915	522.915	507.685	492.455
Debêntures (Nota 13)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	843.947	843.947	868.527	893.107
Passivo de arrendamento (Nota 14)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA) (i)	(IGPM (3,18%))	1.325.883	1.325.883	1.325.883	1.325.883

(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

24.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais, e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

24.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	10.577	-	-	10.577
Fornecedores		33.589	-	-	33.589
Obrigações tributárias	16	15.374	-	-	15.374
Passivos de arrendamento	14	30.403	71.421	307.906	409.730
		89.943	71.421	307.906	469.270

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	7.508	-	-	7.508
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Fornecedores		33.236	-	-	33.236
Obrigações tributárias	16	11.831	-	-	11.831
Passivos de arrendamento	14	29.328	56.270	313.015	398.613
		83.472	56.270	313.015	452.757

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	47.549	-	-	47.549
Debêntures	13	198.080	422.527	223.340	843.947
Fornecedores		77.870	-	-	77.870
Obrigações tributárias	16	57.434	35.423	80.451	173.308
Obrigações por aquisição de participação societária	20	169.438	251.953	-	421.391
Passivos de arrendamento	14	107.778	235.014	983.091	1.325.883
		658.149	944.917	1.286.882	2.889.948

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			Total
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes	18	40.820	-	-	40.820
Dividendos a pagar	22.4	1.569	-	-	1.569
Empréstimos e financiamentos	12	3.770	-	-	3.770
Debêntures	13	232.154	532.180	299.062	1.063.396
Fornecedores		69.368	-	-	69.368
Obrigações tributárias	16	53.446	39.349	90.451	183.246
Obrigações por aquisição de participação societária	20	-	359.252	13.504	372.756
Passivos de arrendamento	14	100.379	194.145	1.012.131	1.306.655
		501.506	1.124.926	1.415.148	3.041.580

24.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	3.770
Debêntures (Nota 13)	843.947	1.063.396
Passivo de arrendamento (Nota 14)	1.325.883	1.306.655
(=) Total dívida bruta	2.169.830	2.373.821
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(522.915)	(852.743)
(=) Total dívida líquida	1.646.915	1.521.078
Patrimônio líquido (Nota 22)	1.386.483	1.405.394
Dívida líquida e patrimônio líquido	3.033.398	2.926.472
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	118,8%	108,2%

24.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG;
- Nível 2 – Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 – Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). É o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados como nível 1, 2 e 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação contábil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.360	447.400	522.915	852.743
Contas a receber (Nota 6)	73.405	55.260	283.414	237.388
Outros créditos (Nota 8)	80.126	71.636	121.536	86.965
Total	154.891	574.296	927.865	1.177.096
Passivos – Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	-	3.770
Debêntures (Nota 13)	-	-	843.947	1.063.396
Fornecedores	33.589	33.236	77.870	69.368
Passivos de arrendamento (Nota 14)	409.730	398.613	1.325.883	1.306.655
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 20)	-	-	421.391	372.756
Total	443.319	431.849	2.669.091	2.815.945

A Companhia entende que o valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2023, não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital da Companhia.

25. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido**25.1. Reconciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	100.463	6.565	104.356	8.040
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(34.157)	(2.232)	(35.481)	(2.734)
Principais adições e exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(1.484)	(888)	(4.479)	(3.784)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)	(4.164)	(4.768)	(16.725)	(21.608)
Equivalência patrimonial	74.946	32.148	-	-
Adicional e PAT	-	-	1.139	919
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	(35.149)	(24.219)	(53.720)	(41.038)
Isonção PROUNI (ii)	-	-	105.365	66.811
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(8)	41	(3.901)	(1.434)
IRPJ e CSLL - Corrente	(46)	-	(4.872)	(5.801)
IRPJ e CSLL - Diferido	38	41	971	4.367

- (i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de: estornos e constituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais valia relacionado às combinações de negócios.
- (ii) Isonção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Outras diferenças temporárias do lucro real	(55)	(93)
Total tributos diferidos, líquidos	(55)	(93)

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL (i)	11.518	15.613
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita (ii)	194	2.973
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	23.710	20.689
Amortizações mais valia	33.534	33.498
Provisão de contingências	7.404	9.879
PECLD	16.877	9.651
Outras diferenças temporárias do lucro real (iii)	11.030	11.784
Total tributos diferidos ativos	104.267	104.087
Passivo		
Outras diferenças temporárias do lucro real	(55)	(93)
Reserva de reavaliação	(15.638)	(16.391)
Total diferido passivo	(15.693)	(16.484)
Tributos diferidos, líquidos	88.574	87.603

- (i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.
- (ii) Os maiores valores de diferidos são oriundos de amortização mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita, adquirida em março 2018.
- (iii) Os principais valores de outras diferenças temporárias são originados principalmente de provisões trabalhistas

25.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Os saldos e a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado a seguir.

Controladora	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(93)	38	(55)
Total tributos diferidos, líquidos	(93)	38	(55)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL	15.613	(4.095)	11.518
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	2.973	(2.779)	194
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	20.689	3.021	23.710
Amortizações mais valia	33.498	36	33.534
Provisão de contingências	9.879	(2.475)	7.404
PECLD	9.651	7.226	16.877
Outras diferenças temporárias do lucro real	11.784	(754)	11.030
Total tributos diferidos ativos	104.087	180	104.267
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(93)	38	(55)
Reserva de reavaliação	(16.391)	753	(15.638)
Total diferido passivo	(16.484)	791	(15.693)
Tributos diferidos, líquidos	87.603	971	88.574

Controladora	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(134)	41	(93)
Total tributos diferidos, líquidos	(134)	41	(93)

Consolidado	31/12/2021	Efeitos no resultado	31/12/2022
Ativo			
Prejuízos fiscais / Base negativa CSLL	20.137	(4.524)	15.613
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	5.752	(2.779)	2.973
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	17.364	3.325	20.689
Amortizações mais valia	33.463	35	33.498
Provisão de contingências	8.157	1.722	9.879
PECLD	9.601	50	9.651
Outras diferenças temporárias do lucro real	6.040	5.744	11.784
Total tributos diferidos ativos	100.514	3.573	104.087
Passivo			
Outras diferenças temporárias do lucro real	(134)	41	(93)
Reserva de reavaliação	(17.144)	753	(16.391)
Total diferido passivo	(17.278)	794	(16.484)
Tributos diferidos, líquidos	83.236	4.367	87.603

Os montantes a seguir foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

	31/12/2023	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	1.010.559	26.988
Base de cálculo negativa de CSLL	1.056.598	53.008

	31 de dezembro de 2022	
Descrição	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	865.295	39.276
Base de cálculo negativa de CSLL	907.585	64.375

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Conforme Instrução CVM, a Controladora não apresenta histórico de rentabilidade e, diante dessa análise, não constituiu ativos diferidos.

25.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização

Faixa de vencimento	Consolidado	
	31/12/2023	%
2024	16.080	15%
2025	8.133	8%
2026	8.194	8%
2027	9.901	9%
2028 em diante	61.959	60%
	104.267	100%

26. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta				
Cursos de graduação	2.124.622	1.577.812	6.843.817	5.417.986
Cursos de pós-graduação	82.135	69.589	123.438	111.596
Cursos técnicos e colégio	22.030	15.047	64.600	49.868
Outras receitas	3.149	2.926	12.585	10.356
	2.231.936	1.665.374	7.044.440	5.589.806
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(1.625.825)	(1.164.411)	(4.665.109)	(3.486.970)
Tributos	(22.842)	(18.826)	(81.544)	(74.516)
	(1.648.667)	(1.183.237)	(4.746.653)	(3.561.486)
Receita líquida	583.269	482.137	2.297.787	2.028.320

27. Custos e despesas por natureza

	31/12/2023				Controladora 31/12/2022			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(158.028)	(101.184)	-	(259.212)	(140.805)	(94.156)	-	(234.961)
Publicidade e propaganda	-	(102.650)	-	(102.650)	-	(74.872)	-	(74.872)
Custos com parceria	(77.676)	-	-	(77.676)	(62.462)	-	-	(62.462)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(45.916)	-	(45.916)	-	(46.626)	-	(46.626)
Manutenção e reparos	(15.469)	(25.559)	-	(41.028)	(2.853)	(11.784)	-	(14.637)
Depreciação do direito de uso	(38.334)	-	-	(38.334)	(36.950)	-	-	(36.950)
Despesas com serviços de terceiros	(16.002)	(19.446)	-	(35.448)	(14.759)	(35.441)	-	(50.200)
Depreciação e amortização	-	(34.949)	-	(34.949)	-	(26.138)	-	(26.138)
Receitas com aluguéis	-	-	3.261	3.261	-	-	1.299	1.299
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(29.072)	(17.558)	3.214	(43.416)	(21.545)	(15.359)	1.636	(35.268)
	(334.581)	(347.262)	6.475	(675.368)	(279.374)	(304.376)	2.935	(580.815)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023				Consolidado 31/12/2022			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(698.251)	(177.491)	-	(875.742)	(655.460)	(173.330)	-	(828.790)
Custos com parceria	(197.499)	-	-	(197.499)	(168.864)	-	-	(168.864)
Publicidade e propaganda	-	(153.240)	-	(153.240)	-	(112.135)	-	(112.135)
Depreciação e amortização	-	(137.219)	-	(137.219)	-	(118.413)	-	(118.413)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(131.439)	-	(131.439)	-	(135.354)	-	(135.354)
Depreciação do direito de uso	(127.181)	-	-	(127.181)	(120.359)	-	-	(120.359)
Despesas com serviços de terceiros	(57.938)	(27.775)	-	(85.713)	(54.925)	(44.694)	-	(99.619)
Manutenção e reparos	(33.754)	(41.939)	-	(75.693)	(14.030)	(24.095)	-	(38.125)
Receitas com aluguéis	-	-	25.258	25.258	-	-	20.319	20.319
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(83.388)	(50.652)	6.860	(127.180)	(66.541)	(55.231)	6.438	(115.334)
	(1.198.011)	(719.755)	32.118	(1.885.648)	(1.080.179)	(663.252)	26.757	(1.716.674)

(i) Os valores estão representados, principalmente, pelos ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

28. Resultado financeiro

28.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas sobre aplicações financeiras	30.734	70.827	89.512	116.888
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	1.891	944	7.113	3.905
Outras receitas	703	285	7.237	7.183
Total das receitas financeiras	33.328	72.056	103.862	127.976

28.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	(132.199)	(146.000)
Juros sobre passivo de arrendamento	(40.789)	(40.831)	(127.614)	(125.621)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito	(16.639)	(14.304)	(76.138)	(72.745)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	(48.635)	(45.694)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos	(2.686)	(2.115)	(23.806)	(24.796)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(85)	(1.507)
Ajuste a valor presente	(76)	(791)	543	(8.820)
Outras despesas financeiras	(1.005)	(3.326)	(3.711)	(6.399)
Total despesas financeiras	(61.195)	(61.367)	(411.645)	(431.582)

29. Transações que não afetam o caixa

A Companhia realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, conforme requerido pelo pronunciamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas a seguir.

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	1.505	7.084
Adição de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	23.671	69.778
Baixa de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2))	-	(347)
	25.176	76.515
Intangível:		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	1	8
	1	8
Imposto de renda e contribuição social:		
Compensação de impostos diferidos	-	180
	-	180
Passivos assumidos na combinação de negócios:		
Garantias de ex-mantenedor	-	(2.435)
	-	(2.435)

30. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	2.017.781	2.055.370
Perda ou pagamento de aluguel	84.000	84.000
Impacto de veículo terrestre e demais, aéreo e/ou espacial	60.000	60.000
Roubo de bens	2.730	2.730
Danos elétricos	24.000	24.000
Outros	221.110	132.740

31. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de janeiro de 2024, acolheu a renúncia do Sr. Rodrigo Capelato ao cargo de membro independente do Conselho de Administração e ao cargo de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia e nomeou o Sr. Silvio José Genesini Junior para ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração e de membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia, em substituição ao membro renunciante, para um mandato de dois anos, tendo sido eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2024.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (ANO-BASE 2023)

Atendendo às disposições legais, o Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. – “Cruzeiro do Sul” ou “Companhia”, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, composto por 3 (três) membros independentes, todos nomeados e eleitos pelo Conselho de Administração, considerando os requisitos definidos na legislação, regulamentação do Novo Mercado e nas melhores práticas de governança, apresentam o relatório para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ:

Nome	Cargo	Data da eleição	Mandato
Renato Russo	Coordenador	05/10/2022	05/10/2024
Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva	Membro	05/10/2022	05/10/2024
Silvio Jose Genesini Junior	Membro	12/01/2024	05/10/2024

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e possui como principais atribuições, opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, orientar e aprovar o plano de trabalho anual da Auditoria Interna, supervisionar as atividades da auditoria interna e das áreas de controles internos e conformidade, recomendar medidas de aprimoramento das políticas e processos de controles internos e gestão de risco, acompanhar operações com partes relacionadas, além de monitorar o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

Para mais informações, consulte o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponível para consulta em <https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul, instalado em outubro de 2020, realiza reuniões ordinárias trimestrais e, extraordinárias, sempre que convocada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria.

No exercício de 2023, o Comitê realizou 14 (quatorze) reuniões, sendo 6 (seis) ordinárias e 8 (oito) extraordinárias. O Comitê reuniu-se com os diretores da Companhia, auditor interno, auditores independentes e assessores externos para aprofundar e monitorar processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

Dentre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Assunto	Função do Comitê Relacionada
Avaliação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023	Avaliar se as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração foram corretamente elaborados, se refletem adequadamente a situação da Companhia e se estão em consonância com as demais informações apresentadas pela organização.
Avaliação das Informações Trimestrais (ITR)	Discussão do escopo e principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais do ITR; e Participações das discussões sobre temas técnicos com a diretoria financeira, bem como com os auditores independentes, para entender o processo de análise e as bases para a conclusão técnica.
Avaliação dos processos de Auditoria Interna e de Compliance	Avaliação e discussão dos relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna e da área de Compliance emitidos, incluindo as eventuais deficiências, justificativas, ações corretivas e sua execução.
Contingências e Provisões judiciais	Discussão e acompanhamento das principais demandas judiciais e do julgamento da Administração sobre os prognósticos de desfecho.
Controles internos	Acompanhamento da evolução de projetos de melhoria dos controles internos e mitigação de riscos para a Companhia.
Governança Corporativa	Acompanhamento das ações e providências tomadas pela Companhia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados; Avaliação e monitoramento da adequação de transações realizadas com partes relacionadas; e Acompanhamento dos questionamentos, soluções adotadas e respostas da Administração às correspondências e interações da Companhia com os órgãos reguladores.

DAS COMUNICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria reporta, trimestralmente, ao Conselho de Administração, os assuntos tratados em suas reuniões. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria emite manifestações específicas ao Conselho de Administração, ou órgãos equivalentes, sobre os assuntos submetidos para a sua apreciação, além de apresentar o relatório resumido das suas atividades anuais, sendo o Relatório Anual de Atividades divulgado nas Demonstrações Financeiras, publicadas no

endereço eletrônico da Companhia, na CVM e B3.

Os membros da Diretoria são convidados a participar das reuniões do Comitê de Auditoria que envolvam temas a eles afetos ou assuntos por eles submetidos para apreciação do Comitê e indicam, conforme o caso, a participação dos gestores das áreas responsáveis pelas matérias a serem tratadas.

Os membros do Comitê de Auditoria incentivam que o Conselho de Administração e os Diretores, implementem as manifestações por eles emitidas ao longo das reuniões realizadas, em especial, no tocante às oportunidades de melhorias vislumbradas nos processos que envolvam transações com partes relacionadas, gestão de riscos e aprimoramento contínuo das estruturas e processos de Auditoria Interna, Governança Corporativa, Conformidade e o desdobramento da Lei Geral de Proteção de Dados.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, conforme previsto no seu Regimento Interno, procederam ao exame das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e, considerando que elas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, recomendaram, ao Conselho de Administração, sua aprovação e publicação.

São Paulo, 20 de março de 2024.

Renato Russo

Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva

Silvio Jose Genesini Junior
